

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA**

BRUNA RAISSA CRUZ CALDAS

**ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO DA REGIÃO
ECOLÓGICA DO BABAÇU: luta pelas políticas públicas educacionais e agrícolas**

São Luís
2017

BRUNA RAISSA CRUZ CALDAS

**ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO DA REGIÃO
ECOLÓGICA DO BABAÇU: luta pelas políticas públicas educacionais e agrícolas**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Ciências Sociais Licenciatura como requisito para obtenção do grau de licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão.

Orientadora: Profa. Dra. Helciane de Fátima Abreu Araujo

São Luís
2017

Caldas, Bruna Raissa Cruz.

Estratégias de resistência das quebradeiras de coco da região ecológica do babaçu: luta pelas políticas públicas educacionais e agrícolas / Bruna Raissa Cruz Caldas. – São Luís, 2017.

85 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais Licenciatura, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Prof. Dra. Helciane de Fátima Abreu Araujo.

1. Quebradeira de coco. 2. Políticas públicas. 3. Educação. I. Título

CDU: 316.334.55:321

BRUNA RAISSA CRUZ CALDAS

**ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO DA REGIÃO
ECOLÓGICA DO BABAÇU: luta pelas políticas públicas educacionais e agrícolas**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais
Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, para
obtenção do grau de licenciada em Ciências Sociais.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Helciane de Fátima Abreu Araujo (**Orientadora**)
Doutora em Sociologia
Universidade Estadual do Maranhão

Examinador 1
Universidade Estadual do Maranhão

Examinador 2
Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo sopro de vida e por todos os dias abençoar a mim e as pessoas que eu amo. Meus agradecimentos profundos a minha mãe Raildes e meu pai Jonas por sempre me apoiar nas minhas decisões e por acreditarem sempre na minha capacidade, sem essa rígida base eu não chegaria nem perto de estou agora, em especial, ao meu irmão Erasmo Bruno, que é uma criança muito feliz e em todos os momentos me mostra a simplicidade dos momentos alegres, ao meu namorado Allyson por sempre compartilhar todos os momentos comigo, pelas motivações e ajudas com transcrições, traduções e assistências técnicas no meu notebook e a todos os meus familiares que fazem parte dessa conquista junto comigo.

As minhas amigas e amigos, pois também não chegaria aqui da mesma forma, se não fosse cada amizade sincera que jogavam minha autoestima para cima, faziam com que eu me distraísse, até nos momentos mais nervosos, obrigada pelas brincadeiras, conversas, aprendizados e convivências durante o tempo de escola e de graduação.

A minha orientadora e grande amiga Helciane, que contribuiu para meu crescimento como estudante e pesquisadora, me orientou em vários momentos da minha jornada acadêmica e acompanhou meus passos. As professoras e professores pelos ensinamentos e por compartilharem seus conhecimentos. Em especial, agradeço ao Diretor do Curso de Ciências Sociais e também professor, por despertar meu olhar para umas das questões que abordo no trabalho, relacionando as políticas públicas voltadas para educação. Agradeço a cada funcionário da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA pelos serviços prestados, especialmente aos do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas – CCSA.

Declaro minha enorme gratidão a todas as quebradeiras de coco babaçu e principalmente as que eu pude conhecer e entrevistar nos municípios de Igarapé do Meio, Viana e Matinha, por me permitirem adentrar as vivências práticas, os conflitos e as relações sociais que envolvem seus grupos, em nome de todas essas mulheres guerreiras e fortes, eu dedico a minha escrita, na intenção de que um dia as políticas públicas possam ser melhor executadas e de qualidade. Agradeço particularmente a Dona Rosenilde, conhecida como Rosa e a D. Glória pelo acolhimento na minha segunda viagem de campo. As coordenadoras do MIQCB que sempre me recebiam atenciosamente no escritório central em São Luís e por fim agradeço a todas e todos que diretamente ou indiretamente contribuíram nesse trabalho.

“Nada é impossível de mudar. Desconfiai do mais trivial, na aparência do singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.”

Bertolt Brecht

RESUMO

O trabalho apresenta resultados colhidos durante quase dois anos de pesquisa, na qual estava inserida como observadora e estudante de Ciências Sociais, buscando conhecer e compreender as relações sociais, políticas, organizativas e econômicas que as quebradeiras de coco babaçu estão inseridas cotidianamente, portanto, seguindo alguns métodos e técnicas de pesquisa e de construção de monografias, recortei o meu olhar a uma questão, que nesse caso, é a luta das quebradeiras de coco babaçu para acessar as políticas públicas, afunilei os estudos em dois campos, as políticas educacionais e agrícolas. Dessa maneira procurei analisar criticamente três programas governamentais: o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a Política de Garantia do Preço Mínimo para os produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio, tais programas são construídos para concretizar as políticas no plano social. Nesse trabalho tratei sobre a construção das políticas públicas para compreendê-las como resultados de lutas dos movimentos sociais, enfatizei também a luta pelas políticas como uma forma de resistência das quebradeiras de coco para continuar exercendo suas práticas sociais de coleta e quebra do coco babaçu, nessa luta existem as reivindicações para que essas políticas públicas sejam melhoradas, pois existem determinadas exigências estabelecidas pelos dispositivos jurídicos dos programas, que dificultam o acesso e exclui algumas mulheres de participarem das políticas e programas do governo, como será discutido no texto.

Palavras-chave: Quebradeira de Coco Babaçu; Políticas Públicas; Educação.

ABSTRACT

The work presents results obtained during almost two years of research, in which she was inserted as an observer and student of Social Sciences, seeking to know and understand the social, political, organizational and economic relations that the babassu coconut breakers are inserted daily, therefore, following Some methods and techniques of research and monograph construction, I have cut my gaze to an issue, which in this case is the struggle of the babassu coconut breakers to access public policies, I have shortened studies in two fields, educational and agricultural policies . In this way, I have tried to critically analyze three government programs: the National School Feeding Program PNAE, the Food Acquisition Program PAA and the Minimum Price Guarantee for Socio-biodiversity products PGPM-Bio, such programs are built to materialize Policies. In this work I dealt with the construction of public policies to understand them as results of struggles of social movements, I also emphasized the struggle for politics as a form of resistance of the coconut breakers to continue exercising their social practices of collecting and breaking babassu coconut, In this struggle there are the demands for these public policies to be improved because there are certain requirements established by the legal provisions of the programs that make it difficult to access and exclude some women from participating in government policies and programs, as will be discussed in the text.

Keywords: Babassu Coconut Cracker; Public policy; Education.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa da Região Ecológica do Babaçu.....	18
Imagem 2 – Escritório Regional do MIQCB em Viana - MA.....	32
Imagem 3 – Roda de conversa com as quebradeiras de Viana	47
Imagem 4 – Visita a Associação de Mulheres Camponesas Quebradeiras de coco do P.A. de Vila Diamantina.....	63
Imagem 5 – Visita a Unidade Produtiva de Azeite do Quilombo Mó São Caetano – Matinha	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Leis Municipais do “Babaçu livre” aprovadas	28
Quadro 2 – Leis Estaduais do “Babaçu livre” aprovadas	29
Quadro 3 – Projeto de Lei Federal do “Babaçu livre”	29
Quadro 4 – Administração das Regionais do MIQCB	31
Quadro 5 – Acesso das quebradeiras de coco aos programas governamentais	56
Quadro 6 – Acesso das quebradeiras de coco aos projetos sociais	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESA – Assessoria da Associação Comunitária em Educação e Agricultura
AMIQCB – Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
AMTR – Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais
ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
ASSINTI – Associação Intermunicipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agroextrativistas do Município de Imperatriz
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDS – Compra com Doação Simultânea
CEPES – Centro de Educação Popular Esperantinense
CIMQCB – Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
EJA – Educação para Jovens e Adultos
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEESS – Grupo de Estudos Educação, Saúde e Sociedade
GF – Governo Federal
GO – Goiás
LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação
MA – Maranhão
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC – Ministério da Educação
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT – Mato Grosso
NCADR – Núcleo de Ciências Agrárias e desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONGs – Organização Não-Governamental

PA – Pará

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAA-Leite – Programa de Aquisição de Alimentos (Apoio à Produção para o Consumo do Leite)

PGPAF – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar

PGPM-Bio – Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade

PI – Piauí

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PPGCSPA – Programa de Pós-Graduação Cartografia Social e Política da Amazônia

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PSH – Programa de Subsídio à Habitação

SICAN - Sistema de Cadastro Nacional de Produtores Rurais

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SMDDH – Sociedade Maranhense De Direitos Humanos

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STTR – Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais

Teia – Teia de Povos e Comunidade Tradicionais do Maranhão

TO – Tocantins

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO DA REGIÃO ECOLÓGICA DO BABAÇU	17
2.1 Região Ecológica do babaçu	17
2.2 Identidade Coletiva e Política das Quebradeiras de coco	20
2.3 Memória de luta, afirmação e resistência.....	21
2.4 Luta pelo Babaçu Livre.....	26
2.5 Mediação Política-organizativa: O MIQCB.....	30
3. A LUTA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO PELA POLÍTICA PÚBLICA DE CARÁTER EDUCATIVO SOCIAL.....	33
3.1 Políticas Públicas: Ações estratégicas do Estado para implementar decisões	34
3.1.1 Política Pública: Ação Exclusiva do Estado ou Resultado de Lutas?	37
3.2 PNAE: Programa Social, Educacional e de Sustentabilidade local	41
3.3 Quebradeiras da Regional da Baixada Ocidental Maranhense: Experiências com o PNAE	45
4. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: A SITUAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU	53
4.1 Panorama de acesso das quebradeiras de coco babaçu às políticas públicas	54
4.2 Quebradeiras de coco babaçu do Assentamento de Vila Diamante: Uma forma de organização econômica e social a partir da economia do babaçu	60
4.3 Regional da Baixada - quebradeiras dos municípios de Viana e Matinha: Relatos dos obstáculos pra acessar ao PAA, PNAE e PGPM-Bio.....	64
CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIAS	81

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho é o exercício de buscar o conhecimento e o título de graduanda em Ciências Sociais para que assim eu possa galgar e prosseguir um caminho na vida acadêmica, que se dá com muita luta, compreendendo que o espaço da acadêmica como instituição de ensino, valoriza aqueles indivíduos que são detentores de um maior capital cultural (BOURDIEU, 1997) e que, portanto, correspondem com êxito as aprovações e conquistas acadêmicas. A concretização dessa pesquisa e conseqüentemente a conclusão da graduação é a efetivação de mais um ciclo e o começo de outros que posteriormente serão concretizados.

Escolhi esse tema de pesquisa por meio das minhas vivências dentro do mundo acadêmico, principalmente devido aos projetos de pesquisa nos quais me inseri como pesquisadora bolsista¹, que, por vezes, presenciei experiências que foram me despertando curiosidade e motivando interesse em investir nessa escrita. Aqui são descritas construções teóricas embasadas em pesquisas bibliográficas e correlacionadas com os trabalhos de campo que realizei, evidenciando minhas impressões como observadora e tratando das relações sociais percebidas a partir de uma sociologia compreensiva.

Nesse trabalho reflito sobre as políticas públicas que as quebradeiras de coco babaçu estão tendo acesso, evidencio duas áreas das políticas, educacionais e agrícolas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é denominado como política agrícola e também educacional, já o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a Política de Garantia de Preço Mínimo para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio são políticas agrícolas. Relacionei o acesso a tais políticas dos povos e comunidades tradicionais, em específico, as quebradeiras de coco babaçu.

No trabalho utilizo a denominação Região Ecológica do Babaçu, para mostrar a região em que se encontra os babaçuais e as quebradeiras de coco, esse termo é utilizado pelo Projeto Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento da Região Ecológica do Babaçu do Programa Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA. A Região Ecológica do babaçu é a área de maior incidência das palmeiras de babaçu e local onde se efetua as relações sociais que envolvem vários agentes sociais, entre esses, as quebradeiras de coco.

¹ Durante dois anos participei como bolsista no projeto de pesquisa intitulado Memória, Cartografia e identidades coletivas: práticas e resistências das quebradeiras de coco face aos processos de devastação na Região Ecológica do Babaçu, com os respectivos planos de trabalhos: Programas governamentais e as práticas do extrativismo do babaçu/ A luta das quebradeiras de coco pelo acesso aos babaçuais e aos programas governamentais sob orientação da Profa. Dra. Helciane de Fátima Abreu Araújo.

No entanto, essa região tem em torno de 18 milhões de hectares em áreas descontínuas, para execução da pesquisa, recortei empiricamente em três experiências de campo dentro da Região Ecológica do Babaçu, em comunidades diferentes que se realizou em vários momentos com as agentes sociais.

Após os estudos das políticas públicas e teóricos que influenciaram essa escrita, iniciei outra parte da pesquisa, por meio de uma visita a sede do escritório central do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB na cidade de São Luís, no qual tive a possibilidade de conhecer e conversar com algumas assessoras do movimento. Houve participações em eventos que pude encontrar as quebradeiras de coco e já ir conhecendo um pouco mais sobre as suas lutas, a sua identidade, as suas práticas sociais e uma teia de relações que elas estavam envolvidas socialmente e politicamente.

Em maio de 2016, realizei o primeiro trabalho de campo junto aos integrantes do Grupo de Estudo Educação, Saúde e Sociedade – GEES. Fomos a Santa Inês e de lá partimos ao município de Igarapé do Meio onde conhecemos um grupo de quebradeiras de coco que moram no P.A Vila Diamante e que se organizam como quebradeiras de coco e camponesas a partir de uma associação que funciona também como usina de beneficiamento de coco babaçu.

Em julho de 2016, participei de uma audiência pública junto às quebradeiras de coco na Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, na qual a pauta da reunião era as dificuldades em acessar as políticas públicas, em especial, a PGPM-Bio, e lá as mulheres pronunciaram os empecilhos que estavam fazendo com que elas não conseguissem acessar e propuseram mudanças em tal política.

Em novembro de 2016, fiz outra viagem para realizar o segundo trabalho de campo, na Regional da Baixada Maranhense, lá visitei dois grupos de quebradeiras de coco, um em Viana, na comunidade de Itaquiritiua, o outro no município de Matinha, na comunidade do Quilombo Mó São Caetano. Pude fazer algumas rodas de conversas com as mulheres e participar de algumas atividades do seu grupo, como ir aos babaçuais, as reuniões e conhecer as unidades produtivas de cada grupo. As mulheres me relataram sobre as experiências com cada política pública e assim consegui por meio das suas informações, construir esse trabalho, sem essas agentes nada se realizaria.

A monografia é estruturada em quatro capítulos que dialogam sobre as relações sociais das quebradeiras de coco e o contato com as políticas públicas. No segundo capítulo abordo sobre a identidade das quebradeiras de coco, com o intuito de apresentar as agentes sociais que se envolvem nas relações que são tratadas aqui. Evidencio que a identidade das quebradeiras de coco é uma autoafirmação e que através dessa afirmação as quebradeiras podem requerer seus direitos e mostrar os seus posicionamentos políticos-organizativos.

Apresento as lutas como estratégias de resistência das agentes contra os grupos empresariais, fazendeiros e pecuaristas que são contra a lógica de organização das quebradeiras de coco, principalmente, relacionado ao uso comum dos babaçuais, pois estes tentam proibir a entrada dessas mulheres aos territórios que estão às palmeiras. Assim mostro a luta pelo livre acesso aos babaçuais, que se reverte na aprovação da Lei do Babaçu Livre.

No terceiro capítulo trato da luta das quebradeiras de coco pela política pública de caráter educativo social, mas para compreender o termo de política pública, faço uma discussão teórica com os autores que trabalham essa temática, reflito sobre o papel das políticas públicas e a sua construção, que indago entre ser uma ação que é apenas fruto do Estado ou uma resposta do Estado às demandas exigidas pelos movimentos sociais.

Uma das maneiras que encontrei para demonstrar uma política educacional foi por meio do programa governamental PNAE, no qual as quebradeiras de Viana e Matinha acessam, mas alguns caracteres da política não são efetivados na sua prática, como poderá ser visto através dos relatos das mulheres contidos no referido capítulo.

O quarto capítulo evidencia as políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais, especificamente, a identidade das quebradeiras de coco. A partir de pesquisas secundárias foi possível identificar alguns programas governamentais e projetos que as agentes têm acessado e através dos relatos das experiências com o PNAE, o PAA e a PGPM-Bio, busquei observar de que forma tais políticas têm impactado nas formas tradicionais de organização produtiva, social, política e econômica das quebradeiras de coco babaçu, portanto, nas falas é possível identificar algumas transformações ocorridas no grupo, assim como insatisfações em relação às dificuldades enfrentadas para acessar tais políticas.

A metodologia deste trabalho está sendo empregada a partir dos pensamentos sociológicos reflexivos que compreende que a realidade estudada pode resultar em muitas

possibilidades de interpretação desse cotidiano e este modesto trabalho de conclusão de curso estará mostrando apenas um “ponto de vista” diante de tantos outros que podem existir e ou surgir.

Através das reflexões de Bourdieu (1989), utilizei na pesquisa, entrevistas com algumas quebradeiras de coco, que possibilitam o diálogo com as agentes sociais mencionadas e que serão parte do objeto de estudo desse trabalho, foi desse modo e com esses contatos que pude ir me apropriando das categorias estudadas e relacionando á problemática escolhida para apresentar no meu trabalho.

Dessa maneira podemos perceber que relação de pesquisa não é um dado, foi sendo construída por mim e pelas relações acadêmicas que vivenciei. Assim pude construir o objeto de pesquisa relacionando teoria e prática. Visualizando os dados, por meio de uma crítica sucinta que não delimite a evidência como uma pura verdade, mas relativizando as categorias que estão sendo analisadas (BOURDIEU, 1989).

É necessário pensar também nas técnicas de pesquisa, a princípio o trabalho foi realizado através de estudo e sistematização da bibliografia sobre a pesquisa a fim de compreender e esclarecer o entendimento a respeito do objeto de pesquisa, essa incursão teve início a partir de viagem de campo, que fiz como pesquisadora de iniciação científica. Nas viagens realizei observações e colhi dados que permitiram a compreensão de como as quebradeiras se reproduzem socialmente e economicamente em torno da atividade extrativa do babaçu, criando novas estratégias de resistência para lutar contra os seus antagonistas.

Nas viagens realizei roda de conversas com as mulheres de cada município que visitei, as quebradeiras que participaram em Igarapé do Meio foram as que são ligadas a Associação de Mulheres Camponesas Quebradeiras de Coco de Vila Diamante. Em Viana as mulheres que participaram eram da Unidade Produtiva de Itaquaritiua, em Matinha participaram as quebradeiras que se organizam na Unidade Produtiva de Azeite do Quilombo Mó São Caetano. Além das rodas de conversas feitas nos trabalhos de campo, realizei algumas entrevistas com as assessoras do MIQCB e com uma quebradeira de coco que é coordenadora da Regional da Baixada Maranhense, a Dona Rosenilde, a entrevista foi concedida no escritório central do movimento em São Luís - MA.

2. ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO DA REGIÃO ECOLÓGICA DO BABAÇU

A proposta desse capítulo é refletir sobre as lutas das quebradeiras de coco dentro da Região Ecológica do Babaçu, como estratégias de resistência contra os grupos empresariais do agronegócio, os fazendeiros e os pecuaristas que cotidianamente desde a década de 1970/1980 começaram a ameaçar as práticas sociais dessas mulheres que utilizam o fruto do babaçu como um dos principais elementos de sobrevivência própria e de sua família.

As pautas de reivindicação das quebradeiras perpassam vários âmbitos, é uma luta de gênero composta por mulheres empoderadas que compreendem o valor do seu trabalho e valorizam as suas práticas sociais enquanto mulheres quebradeiras e trabalhadoras do campo. Uma luta pela preservação do meio ambiente, em especial, as palmeiras de babaçu, pela afirmação da sua identidade e pela existência dos babaçuais.

Em determinadas localidades dentro da Região Ecológica do Babaçu afirmam a pluridentidade e lutam seja pela demarcação de suas terras como quilombolas, ou pela retomada dos seus territórios como indígenas. Diante disso as agentes sociais se unem e se organizam para lutar pelas suas propostas sociais e políticas, a saber: contra a devastação, as derrubadas, os envenenamentos e os cercamentos das palmeiras de babaçu.

Nesse contexto de luta e preservação da continuidade de suas práticas sociais, as políticas públicas são vistas por essas agentes sociais como mais uma maneira de resistir contra seus opositores, no sentido que tentam as desapropriar do direito de ir coletar o coco babaçu, independente do lugar onde a palmeira esteja, pois o que está em jogo para as quebradeiras não é a apropriação da terra, mas sim o direito do livre acesso aos babaçuais.

2.1 Região Ecológica do Babaçu

A palmeira do babaçu é uma planta da família das palmáceas, sua área de incidência ocorre nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, no entanto a mancha verde formada pelos babaçuais não se encontra em território contínuo, essas florestas são

intercaladas em zonas que tem predominância dos babaçuais dentro da região ecológica do babaçu².

Segundo Almeida (1995) as quebradeiras instituem, dessa forma, uma nova territorialidade, em contraposição à região delimitada pelas forças dos decretos governamentais. O seu território apresenta-se como geograficamente descontínuo, mas demonstra uma unicidade pelos seus repertórios culturais, que envolve suas práticas sociais e sua identidade também política.

Quanto à definição do termo região, Bourdieu (1989) por meio das suas reflexões, mostra que essa definição estava sendo disputada entre os estudiosos de vários campos do conhecimento, entre geógrafos, economistas, historiadores, etnólogos, sociólogos, cada um querendo legitimar sua definição para o termo. Na visão do autor a noção de região é permeada por relações, que não somente estão no plano econômico, mas são relações de poder e também simbólicas que constroem em conjunto o espaço.

O babaçu é um fruto que as quebradeiras de coco coletam e dele se faz o aproveitamento integral, onde não somente a amêndoa é utilizada, bem como a palha da palmeira também, é aproveitada nas construções, por exemplo, pra fazer a cobertura da casa. Em relação ao fruto, pode ser usado de forma completa, retira a amêndoa, e pode obter o azeite, do mesocarpo é possível produzir a farinha, que pode fazer mingau, bolo e biscoitos e da casca pode-se fazer o carvão.

De acordo com dados levantados pelo Ministério da Indústria e do Comércio - Secretaria de Tecnologia Industrial, numa pesquisa realizada no ano de 1982 consideraram que a Região Ecológica do babaçu corresponde a cerca de 18 milhões de hectares entre os estados (MA), (PI) (TO), (PA), (GO) e (MT). Nos relatos as quebradeiras apontam a palmeira de babaçu como a palmeira-mãe, evidenciando uma relação de afeto e respeito com a natureza, sobretudo de cuidado com a palmeira. As mulheres se apresentam como uma palmeira, incorporando a dor de ser derrubada e envenenada, representando a falta que ela faz.

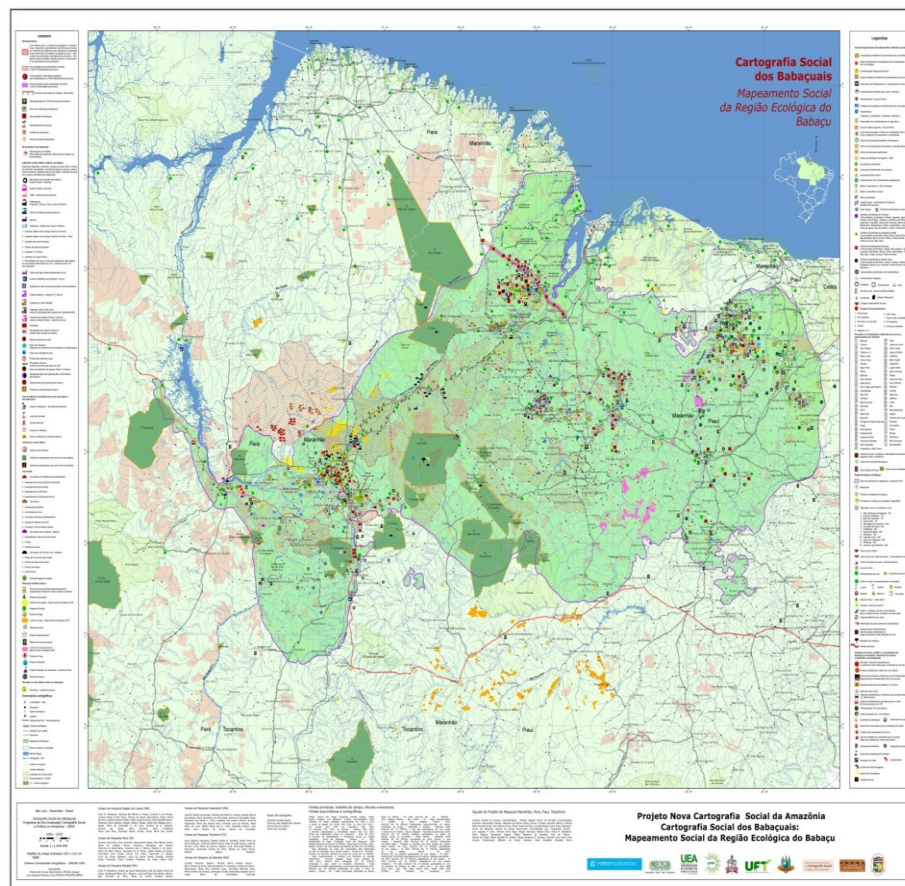
Portanto, o babaçu está presente na vida das quebradeiras de coco e além desse aspecto alimentar e econômico, ele também tem valor simbólico para essas mulheres. O

² Sobre a Região Ecológica do babaçu, já foram realizados vários estudos no que diz respeito às relações sociais, as lutas e os conflitos existentes, ver (ALMEIDA, 2005); (BRITO, 2016); (MENDES, 2016).

babaçu significa vida, pois é por meio deste principal elemento que se dá a sobrevivência física e cultural das quebradeiras de coco.

Através das práticas e relações sociais construídas por essas mulheres se estabelece a relação com o espaço geográfico, formando assim a Região Ecológica do Babaçu, como está ilustrado na imagem a seguir.

Imagem 1: Mapa da Região Ecológica do Babaçu



Fonte: Projeto Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu. 2014/2015

O mapa da Região Ecológica do Babaçu apresenta os processos organizativos das agentes, as relações sociais, os diversos conflitos existentes e as diferentes formas de resistência, o mapa se caracteriza como uma dessas formas, pois é utilizado pelas mulheres como estratégia de luta. Mas a intenção de tê-lo ilustrado aqui é pra mostrar a mancha verde espalhada em tornos dos quatro estados com maior incidência da Palmeira, representando uma extensão dos babaçuais e os locais onde existem mulheres vivendo do extrativismo do babaçu. Em contraposição aos mapas oficiais, esse mapa é elaborado por uma cartografia social, construído a partir das informações disponibilizadas pelas quebradeiras aos pesquisadores do Projeto Cartografia social dos babaçuais: Mapeamento social da Região Ecológica do Babaçu.

2.2 Identidade Coletiva e Política das Quebradeiras de Coco

A construção da identidade das quebradeiras é através de uma (re)construção de uma identidade coletiva e, notadamente política, pois em suas lutas por questões agrárias, de gênero e ambientais, elas se apresentam como trabalhadoras agroextrativistas do babaçu, ou seja quebradeiras de coco. Assim, Almeida (1995, p.13) define a quebradeira de coco babaçu em uma categoria “de afirmação de uma existência coletiva, enquanto unidades de mobilização”.

Os significados do uso do território e das suas formas particulares de organização foram construindo a identidade das quebradeiras de coco babaçu. Mulheres que se autodenominam quebradeiras de coco babaçu, a partir de suas práticas sociais e experiências com diferentes agentes sociais, que passaram a complicar a efetividade do seu trabalho de coletar do coco. Suas movimentações políticas pela preservação da natureza, cuidado com a palmeira do babaçu, tornaram-se critérios político-organizativos, que privilegiam as mobilizações por situação de conflito, esse é um dos princípios de luta que tem se constituído em um dos pilares desta identidade coletiva objetivada em movimento social (BRITO, 2016).

As quebradeiras construíram sua identidade enquanto comunidade tradicional a partir da denominação contemporânea “povos e comunidades tradicionais” (OLIVEIRA, 2011). O reconhecimento como povos tradicionais é legitimada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, que estabelece a autodefinição como critério fundamental de identificação dos povos e comunidades tradicionais

A criação de novas identidades reflete em transformações políticas que são traduzidas em poder de mobilização e reivindicação em defesa dos seus territórios frente ao poder do Estado, conforme Almeida (2004). Essas mulheres se autodefinem como quebradeira de coco babaçu e também se afirmam enquanto trabalhadoras rurais. Elas compreendem a necessidade de se autodenominar para adquirir seus direitos, pois reconhecem que suas práticas são desvalorizadas pela lógica dominante, influenciada pelo capital.

Portanto, diante dessa premissa são mulheres que constroem uma identidade coletiva, através das memórias de seu grupo e das tradições repassadas. Uma identidade politicamente construída também, na qual se organizam em movimentos de resistência e de

luta para atuar na garantia dos seus direitos e ter acesso aos babaçuais, reforçando sua existência e buscando pelo seu reconhecimento social.

2.3 Memória de Luta, Afirmação e Resistência

As quebradeiras de coco babaçu são mulheres que vivem no campo e da natureza retiram o seu sustento e a manutenção da vida, sobretudo são mulheres trabalhadoras rurais que vivem da economia do babaçu, dados oficiais utilizados pelo laboratório cartográfico do PNCSA evidenciam que elas são por volta de 300 mil mulheres que vivem dessa prática social (ALMEIDA, 2000).

Além de ser denominada como uma função econômica, em torno do extrativismo do babaçu existe uma relação entre as quebradeiras de coco com a terra, a natureza, o coco babaçu e as formas de uso dessa amêndoa. Entre a caatinga e o cerrado, nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, elas afirmam através de suas lutas, a existência dos babaçuais e da sua identidade.

O objetivo do estudo sobre a memória se deu para que seja possível compreender como as quebradeiras de coco babaçu construíram uma memória sobre o seu grupo, através das formas peculiares de manejo com a terra e suas formas organizativas. As quebradeiras de coco têm um laço de união que está baseado na memória, como uma afirmação de identidade para requerer direitos, políticas públicas e resistirem frente aos grupos empresariais do agronegócio, o Estado e outras instâncias que agem no intuito de silenciá-las e torná-las invisíveis.

A quebradeira de coco babaçu é uma categoria de “afirmação de uma existência coletiva, enquanto unidades de mobilização” que tem como característica básica: a mobilização em torno da terra, do livre acesso aos babaçuais, da preservação da natureza, e da relevância do trabalho feminino na unidade doméstica, tendo o trabalho extrativo do babaçu, como seu principal meio de vida (ALMEIDA, 1995, p.13).

Em termos de mobilização, essa categoria se organiza politicamente visando à legitimação de uma identidade coletiva, para fazer frente à violação de um direito básico desse segmento que é o livre acesso aos babaçuais para garantir a manutenção das suas práticas sociais de coleta e quebra do coco.

Nesse cenário, as quebradeiras de coco vão incluindo no diálogo a estrutura de mediação, com partidos políticos, com autoridades governamentais, elementos que são intrínsecos as suas lutas, tais como: ambientalismo, questão de gênero e etnia, que legitimam sua luta e reforçam a afirmação de sua identidade, que emerge como estratégia de “reposicionarem-se política e economicamente face à ação governamental e aos circuitos de mercado” (ALMEIDA, op. Cit. 1995, P.14).

Para reforçar a reflexão desenvolvida por Almeida (1995), recorro a outros autores que privilegiam a memória, como objeto de análise, e compreendem como uma construção social é constituída coletivamente. Portanto, dão ênfase a memória coletiva, enquanto construto de uma coletividade e não de forma isolada, mas relacionalmente através da interação com as pessoas.

Para o autor Candau (2011) isso se dá na passagem entre o indivíduo e o grupo. O autor esforça-se em compreender, a partir de dados empíricos, como os indivíduos chegam a compartilhar práticas, representações, crenças, lembranças, produzindo, assim, em uma determinada sociedade, aquilo que chamamos de Cultura. Logo, baseado nesse pensamento é possível identificar que o grupo das quebradeiras de coco reproduz e repassam seus ensinamentos, seu modo de vida e suas práticas sociais através das suas memórias coletivas e que a partir delas há um reforço na perpetuação das tradições para as novas gerações, afirmando o pertencimento da sua identidade.

Em contraponto a alguns estudos sobre a memória coletiva, há estudiosos que se referem à memória como algo individual relacionado aos aspectos biológicos e sensíveis do ser humano, como tratado pela psicologia. Para o autor Halbwachs (2006), a questão central consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós, são na verdade, inspiradas pelo grupo.

Tal sentimento de persuasão é o que garante, de certa forma, a coesão do grupo e o sentimento de unidade coletiva, concebida pelo pensador como o espaço de conflitos e influências entre uns e outros (HALBWACHS, 2004: pp.51-2). A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Olhar este, que deve sempre ser analisado

considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios. Diante disso o autor argumenta:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 2006: p. 75-6).

O intuito de estudar sobre a memória foi relacionar essa temática com a luta das quebradeiras de coco babaçu, mulheres que têm formas de resistências para lutar contra processos que tentam mostrar o seu desaparecimento e/ou comprovar que as suas “práticas sociais” são “atrasadas”, ou que não fazem parte do “processo de desenvolvimento”. Portanto, a memória das quebradeiras é acionada nos momentos de luta, pois recordam que as suas práticas sociais lhes foram repassadas pelas suas mães, que o amor pela palmeira de babaçu e o respeito pela natureza está presente na essência das suas memórias individuais que tomaram por base uma memória coletiva do grupo.

A autora Sepúlveda (2012) nos mostra a relação da memória com a tradição, afirmando que a valorização da memória se estabelece através daquelas lembranças com vínculos do passado, com a tradição, com experiências transmitidas e negociadas, no entanto para pensar relacionalmente caberia pensar a memória como uma das fontes que estabelece a permanência das atividades e a das práticas tradicionais.

No caso das quebradeiras de coco a tradição envolveria todo o conjunto das práticas sociais que as mesmas efetuam dentro das suas comunidades, seja na forma particular de organização social e/ou política, ou na relação com a terra que as mesmas estabelecem. A tradição significaria a essas mulheres uma forma de enfrentamento às lógicas opostas dos seus agentes antagonistas, sendo: as empresas do agronegócio e os pecuaristas que dificultam o seu modo de vida.

Através dessa luta, elas se afirmam enquanto quebradeiras de coco, acionando assim uma identidade coletiva contra a devastação do ecossistema maranhense, das palmeiras de babaçu e das pindovas. De acordo com as palavras de Joaquim Shiraishi pode-se perceber a tradição sendo colocada como uma forma de reivindicação.

O chamado “tradicional”, antes de aparecer como referência da histórica remota, aparece como reivindicação contemporânea e como direito envolucrado em formas de autodefinição coletiva (SHIRAISHI, 2006: p. 9-10).

Diante desde ponto de vista pode-se notar que além de ser do tempo presente, o “tradicional” é, portanto, social e politicamente construído. Utilizado como ferramenta para as lutas e processo de autoafirmação, vinculado a reivindicações atuais do grupo social aqui estudado, e, portanto, nas pautas reivindicatórias estão presentes, pois as mesmas se apresentam em coletividade e afirmando sua identidade de quebradeiras de coco babaçu.

Neste trabalho de conclusão de curso busquei relacionar o estudo da memória com a temática proposta para refletir a memória como ferramenta de luta dos movimentos sociais, tendo o papel de manter viva a história de resistência dessas comunidades e povos tradicionais, contribuindo para o fortalecimento do grupo e aquisições de seus direitos através das mobilizações políticas.

Na análise de James Scott (2002) existem várias formas de resistência, em combinação com o trabalho aqui desenvolvido e com a resistência em que as quebradeiras de coco apresentam cotidianamente, menciono o autor com relação as suas perspectivas teóricas sobre as formas cotidianas de resistência, que talvez para alguns indivíduos não seja caracterizado como atos de resistir, mas que nessa reflexão mostrarei como estratégias de resistência.

Na visão de Scott as formas de lutas cotidianas podem ser em determinados casos, a única opção disponível, sendo a luta mais vital para os agentes sociais envolvidos, tendo grande importância para a manutenção de seus posicionamentos políticos e ideológicos. O autor no texto menciona alguns exemplos dessas lutas, que ele teoricamente cita como micro resistência.

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores. (SCOTT, 2002: p. 24).

Em comparação a este caso citado, as quebradeiras de coco apresentam formas muito parecidas às citadas acima nas palavras do autor, por que as mesmas “invadem” as terras dos fazendeiros para coletar os cocos, eu utilizei o termo “invadir” por que os ditos proprietários das terras onde tem os babaçuais, cercam o terreno e dessa forma o babaçu fica

“preso”, como uma maneira de reivindicação ou de mostrar que não aceitam essas ações, elas entram nas fazendas para coletar o coco, correndo perigo de sanções, até mesmo físicas.

Coincidindo com o exemplo das falsas “invasões” que as quebradeiras executam, o autor relata que essas invasões são mais que apenas discordâncias em relação as ações dos opositores, é uma resistência cotidiana que demonstra uma forma de confrontação direta, de acordo com Scott caracterizando a segunda forma da resistência.

O estilo de resistência aqui focalizado pode ser, possivelmente, melhor entendido em contraste com outras formas de resistência, possuidoras dos mesmos objetivos. A primeira forma é a resistência cotidiana no sentido já acima demonstrado. A segunda, a confrontação direta, que tem dominado o estudo da resistência camponesa. Naquela, encontramos um processo sorrateiro, através do qual os camponeses “intrusos” têm freqüentemente invadido plantações e florestas estatais; nesta, temos invasões públicas de terras que desafiam abertamente as relações de propriedade. (SCOTT, 2002: p. 13).

É necessário assim que o conceito de resistência seja compreendido de modo plausível, como um termo mais amplo, que caibam as atividades e ações cotidianas dos agentes sociais para tentar (re)existir as condições de luta imersa na sua vida. O reconhecimento dessa definição de resistência inclui aspecto simbólico e ideológico, as quais algumas práticas rotineiras para Scott também são categorias de resistência.

Finalmente, o reconhecimento expresso na definição do que é que chamamos de resistência simbólica ou ideológica (fofoca, injúrias, rejeição de categorias impostas, questionamento e afastamento da deferência) como uma parte integral da resistência baseada na diferenciação de classe. (SCOTT, 2002: p. 24).

Assim interpreto que a luta das quebradeiras de coco em acessar as políticas públicas têm sido estratégia de resistência popular, além de que são lutas que são travadas no cotidiano com a ajuda e mediação das associações, sindicatos e movimentos sociais. Seus atos individuais de, por exemplo, entrar nas propriedades privadas, é reforçada pela cultura da resistência como diz Scott (2002).

Outra questão relevante que o autor frisa, é que essas ações, caracterizadas como formas cotidianas de resistência têm o poder de influenciar nas formulações das políticas, e assim exemplifico as políticas públicas que surgem como uma das maneiras de o Estado responder a essa resistência.

O proponente dessas políticas, o estado pode responder a essa resistência de várias maneiras: (1)novas políticas podem ser elaboradas a partir de novas

expectativas mais realistas; (2) algumas dessas políticas podem ser mantidas e reforçadas com incentivos positivos, objetivando o encorajamento de um comprometimento voluntário; e, é claro, pode simplesmente escolher empregar mais coerção. (SCOTT, 2002: p.13).

Assim, é dessa maneira através da luta pelo acesso e melhoria das políticas públicas, que as quebradeiras se apresentam como atrizes políticas que têm o papel de pressionar o Estado e reivindicar os seus direitos, marcando presença política.

O exercício de compreender essas “formas comuns de luta” como um mecanismo de resistência de determinado grupo, é entender os motivos de revolta contra alguma ação, neste caso, dos malefícios causados as palmeiras de babaçu, assim como a exclusão e silenciamento das quebradeiras de coco, enquanto coletividade, portanto, é uma saída para tentar mostrar e defender os interesses dessas agentes.

Logo, o presente trabalho é intitulado como estratégias de resistência das quebradeiras de coco babaçu, pois mesmo contendo relatos de insatisfação em relação as políticas públicas, existe um fator que observei nas falas das mulheres, que é por meio de tais políticas que se estabelece uma das formas de manutenção de suas atividades sociais e econômicas de coleta e quebra do coco.

Portanto, a luta rotineira dessas mulheres é para dar continuidade a uma tradição, ou seja, a perpetuação de suas práticas sociais, sua cultura, e sua identidade. Hoje essas políticas servem como instrumento para resistir e nesse entrave de reivindicações, existe a luta pela melhoria e efetivação das políticas públicas. Sendo assim ignorar esse aspecto empregado pelas agentes sociais, das políticas como uma das estratégias de resistência, seria ignorar o contexto da atuação política dessas mulheres, trabalhadoras agroextrativistas e com pluridentidades que vivem no campo.

2.4 Luta pelo Babaçu Livre

As quebradeiras de coco em função de uma necessidade presente começaram a se organizar para defender suas práticas sociais, principalmente contra grupos empresariais que chegaram às regiões dos babaçuais e proibiram as quebradeiras de praticarem a atividade de coleta do coco.

Na década de 1970 o babaçu foi cercado por empresas, fazendeiros e outras instituições. Esse processo contribuiu para o enfraquecimento da atividade das quebradeiras

de coco, acreditava-se que essa prática tradicional iria deixar de existir³, logo as mulheres tiveram a iniciativa de se unir para resistir contras essas ações. A partir das suas organizações sociais, políticas e econômicas elas passaram a enfrentar um processo contrário que utilizava um discurso que provava o desaparecimento das suas atividades, dos babaçuais e o fracasso da economia do babaçu.

Nesse processo, surgem as formas organizativas de base que colocam as agentes em diálogo direto com as instâncias de poder público, ampliando seus interesses, articulando múltiplas dimensões: econômica, social, política e a nova pauta ambientalista. As suas afirmações são vinculadas a organizações locais, como cooperativas, associações, grupos informais, ONGs e sindicatos, entretanto, estão ligados também a movimentos sociais e a redes de articulação política e econômica, de caráter regional, nacional e internacional. (ARAUJO, 2010); (FIGUEIREDO, 2005); (BRITO, 2016).

Nas décadas de 1980/1990, surgiram alguns desses processos organizativos, como movimentos e organizações não governamentais, por exemplo, Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais – AMTR, Associações de Quebradeiras, Associações Regionais das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Associação Intermunicipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agroextrativistas do Município de Imperatriz – ASSINTI e outras, que auxiliam nas discussões e apoiam as reivindicações de luta das frentes organizativas das quebradeiras de coco babaçu.

A mobilização dessas mulheres tem como foco primordial o debate em função do livre acesso e o uso comunitário das palmeiras de babaçu, logo nas pautas de reivindicações a principal e a primeira da lista é aprovação da “Lei do babaçu livre”, que não apenas permite o acesso as palmeiras, mas é contra as queimadas, as derrubadas, o envenenamento das pindovas e outras agressões ao ambiente natural que se encontra a palmeira de babaçu (FIGUEIREDO, 2005); (ARAUJO, 2013); (MENDES, 2016).

Por se tratar de uma das principais reivindicações nas lutas das quebradeiras de coco, resolvi expor no presente estudo a luta pela aprovação da Lei do babaçu livre, pois

³ Alguns estudos chegaram a declarar a extinção da atividade ligada a economia do babaçu, em relação a esse assunto, ver (ALMEIDA, 1995).

atrelado as lutas pelas políticas públicas, está a luta pelo livre acesso e uso comum das palmeiras, através da implementação dessa Lei.

O primeiro debate em torno da questão do livre acesso aos babaçuais se deu no final dos anos 80 quando a atividade extrativista começou a sofrer sucessivas ameaças e restrições da coleta e quebra do coco, se instaurando as “novas relações de sujeição” (ARAUJO; CARVALHO; MAGALHÃES, 2004).

Iniciava no mesmo período o processo de “prender o coco” como as quebradeiras denominam, as cercas estavam sendo implantadas pelos fazendeiros nos seus terrenos, lhes impossibilitando de ir coletar o coco, em algumas regiões, as mulheres sofreram muitos tipos de violência ao entrar nas terras que tinham babaçu e estavam cercadas.

Em 1996 houve a elaboração do projeto de Lei nº 1.428, com abrangência nacional, que consistia na garantia ao livre acesso e uso comum do babaçu nos estados do (MA), (PI) (TO), (PA), (GO) e (MT), contudo o projeto foi arquivado pela câmara dos deputados, dessa forma percebemos que os responsáveis pela aprovação das leis não deram a devida atenção. E assim permanece a luta pela aprovação das Leis Estaduais do Babaçu Livre e aprovação do projeto de Lei Federal nº 231/2007. A única Lei estadual aprovada é em Tocantins, os outros demais estados com maior incidência de babaçu como Maranhão, Piauí e Pará ainda não aprovaram a Lei estadual, mas tem sido cada vez mais intenso a aprovação das leis municipais do “babaçu livre”, totalizando 15 municípios (ARAUJO, 2013, p. 141), como descrito no quadro 1, a seguir.

Nos quadros 1 e 2 poderemos observar alguns estados com leis municipais e estaduais aprovadas. No quadro 3 mostra o projeto de Lei Federal que está em tramitação na Câmara dos Deputados, atualmente o projeto de Lei está arquivado, contudo, as quebradeiras de coco continuam lutando pela aprovação da Lei através de mobilização e ações de pressão para que haja a aprovação da Lei Federal na câmara.

Quadro 1: Leis Municipais do “Babaçu Livre” aprovadas

LEI MUNICIPAL (Nº)	MUNICÍPIO	ESTADO
Lei 005/ 1997 ¹	Lago do Junco	MA
Lei 32/ 1999	Lago dos Rodrigues	MA
Lei 255/ 199	Esperantinópolis	MA

Lei 1.137/ 2005	Pedreiras	MA
Lei 01/ 2002 ²	Lago do Junco	MA
Lei 319/ 2001	São Luís Gonzaga	MA
Lei 058/ 2003	Buriti do Tocantins	TO
Lei 306/ 2003	Axixá do Tocantins	TO
Lei 001/ 2003	Praia Norte	TO
Lei 1.084/ 2003	Imperatriz	MA
Lei 934/ 2004	São Domingos do Araguaia	PA
Lei 05/ 2005	São Miguel de Tocantins	TO
Lei 052/ 2005	São José dos Basílios	MA
Lei 001/ 2005	Cidelândia	MA
Lei 227/2006	Amarante do Maranhão	MA
Lei 106/ 2007	Vila Nova dos Martírios	MA

Fonte: Elaboração própria com dados do MIQCB

¹ Lei substituída pela aprovação da lei 001/2002 no município de Lago do Junco

² Lei atual do município de Lago do Junco

Quadro 2: Leis Estaduais do “Babaçu Livre” aprovadas

LEI ESTADUAL (Nº)	ESTADO
1959/2008	TOCANTINS

Fonte: Elaboração própria com dados do MIQCB

Quadro 3: Projeto de Lei Federal do “Babaçu livre”

LEI FEDERAL (Nº)
231/2007

Fonte: Elaboração própria com dados do MIQCB

Após a aprovação da Lei municipal em Lago do Junco, ocorreram aprovações de projetos de Lei em outros municípios, essa primeira experiência de aprovação da lei do “Babaçu Livre” serviu como força para novos projetos serem formulados e posteriormente aprovados em sua maioria.

As aprovações das leis serviram como motivação para as quebradeiras de outros municípios, para se mobilizarem em torno da elaboração e apresentação de projetos semelhantes, pois trata-se de uma tática política construídas pelo MIQCB que objetiva fortalecer os grupos, na medida em que a aprovação dos projetos em vários municípios amplia as áreas de livre acesso e também a organização das quebradeiras, que transcende as áreas de ocorrência dos babaçuais (SHIRAISHI NETO, 2006, p. 25).

2.5 Mediação Político-organizativa: O MIQCB

Na década de 1970/1980 os processos antagônicos surgiram, criando conflitos entre as quebradeiras e aqueles que chegaram às terras e tinha o objetivo de manter “preso o coco”, desde então alguns problemas foram sendo pautados pelas agentes sociais, como a devastação do palmeiral, os envenenamentos, as cercas e a baixa no preço do coco (SMDDH, 1991).

Logo, essas mulheres iniciaram seus movimentos de organização em diversas localidades dentro da Região Ecológica do babaçu, descriminavam as práticas dos fazendeiros que cercavam as terras e as proibiam de coletar o coco, não eram a favor das empresas que se instalavam, derrubavam e desmatavam tantos os babaçuais, como outras árvores, assim iniciavam os debates com propostas para solucionar esses problemas que elas estavam vivendo cotidianamente. Na década de 90 antes do MIQCB surgir, as mulheres estavam acompanhadas por outras organizações, como a SMDDH, ASSEMA, STR, ACESA, CEPES e dentre várias diante de cada região (SMDDH, 1991).

A partir dos descontentamentos das agentes sociais em relação à situação conflituosa que se configurou na década de 1970, grupos de mulheres quebradeiras de coco babaçu se juntaram e realizaram o I Encontro Interestadual de Quebradeiras de coco babaçu do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará no ano de 1991, na cidade de São Luís (MA), onde reuniram-se quebradeiras e houve participação de “parteiras, artesãs, professoras, costureiras, doceiras e boleiras” discutindo sobre os problemas emergentes e cria-se a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (ALMEIDA, 1995).

Ocorreu na cidade de Teresina (PI) no ano de 1993 o II Encontro Interestadual, estavam presentes no evento, quebradeiras, assessores e representantes de entidades não-governamentais, reunindo 386 participantes. No ano de 1995, aconteceu o III Encontro e neste há uma alteração na nomenclatura, de Encontros, passa a se chamar de Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB. É a partir dessa comunicação entre grupos de mulheres dos quatro estados de maior incidência da palmeira que o movimento se formaliza.

O MIQCB não surgiu para substituir e/ou ser o único movimento de representação das quebradeiras, como Almeida (1995) afirma “O movimento não se trata de uma entidade que substitui o Sindicato de Trabalhadores Rurais, antes, o completa”, portanto, percebemos que não há um campo de disputa e sim, uma junção das atividades político-organizativas dos

movimentos sociais, ONGs e sindicatos. Surgiu como uma entidade que representa os interesses sociais, políticos e econômicos das quebradeiras de coco dando a elas a possibilidade de serem vistas e reconhecidas como uma categoria profissional. Nos encontros, palestras e seminários realizados pelo movimento, as mulheres discutem sobre a identidade de quebradeira de coco, a preservação dos babaçuais e a inserção da juventude na economia do babaçu.

É um movimento de Mediação Politico-organizativa das quebradeiras, pois através do auxílio garantido a elas, conseguem estabelecer diálogos com o Governo, no âmbito federal, estadual e municipal, e assim acessar políticas públicas, como alguns programas governamentais, aprovações de leis municipais e outros direitos conquistados.

A atuação do MIQCB não está em todos os locais onde existam quebradeiras de coco e incidência de babaçu. Através de trabalhos de campo realizados pelo grupo de estudo no qual estou inserida, conhecemos um grupo de quebradeiras em Igarapé do Meio que não é ligado ao MIQCB, as informações e impressões colhidas tornou possível perceber que por falta de um agente mediador, o acesso às políticas públicas fica dificultado, assim como a relação como o Estado para reivindicar outros direitos.

Este movimento se organiza por meio de regionais, atualmente existem seis regionais que são coordenadas por vinte e quatro mulheres no total e quatro responsáveis por cada regional, a cada triênio muda a equipe de coordenação, por meio de eleições realizadas nos Encontros Interestaduais, a lógica organizativa conta ainda com pequenos escritórios nas regionais com assessoria técnica. Em São Luís (MA) existe o escritório central. Conforme o quadro 4 abaixo, formulado por Almeida (2005) observa-se a estrutura administrativa.

Quadro 4: Administração das Regionais do MIQCB

Regionais	Sede	Município	Estado
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)	São Luís (Escritório Central)	São Luís	MA
MIQCB- Coordenação Imperatriz	Imperatriz	Imperatriz	MA

MIQCB- Coordenação- Bico do Papagaio- Tocantins	São Miguel	São Miguel	TO
MIQCB- Coordenação- Pará	São Domingos do Araguaia	São Domingos do Araguaia	PA
MIQCB- Coordenação – Mearim/ Cocais	Pedreiras	Pedreiras	MA
MIQCB- Coordenação- Baixada Ocidental	Viana	Viana	MA
MIQCB- Coordenação- Esperantina	Esperantina	Esperantina	PI

Fonte: Elaboração própria com dados do MIQCB.

Abaixo segue uma foto de um dos escritórios do MIQCB, este se encontra na cidade de Viana, na qual eu visitei e conheci alguns dos técnicos envolvidos com os projetos em que o MIQCB oferece, por exemplo, os quintais agroflorestais. Aos técnicos são também responsáveis junto com as quebradeiras pela parte administrativa de cada regional, neste caso, da regional da Baixada.

Imagem 2: Escritório Regional do MIQCB em Viana – MA



Fonte: Arquivo pessoal

3. A LUTA DAS QUEBRadeiras DE COCO PELA POLÍTICA PÚBLICA DE CARÁTER EDUCATIVO SOCIAL

O capítulo a seguir tem como objetivo demonstrar a luta das quebradeiras pelas políticas públicas de caráter educacional, relacionando como essas políticas afetam a melhoria da educação e, sobretudo a educação rural mediante suas dificuldades específicas no que diz respeito à diversidade cultural e desigualdades existentes.

A intenção dessa reflexão é correlacionar uma política pública que tem o caráter educacional e de desenvolvimento rural⁴, compreendendo que ela também faz parte das políticas agrícolas, haja vista que por meio da aquisição de 30% dos repasses da merenda escolar seja adquirida da agricultura familiar, mostrarei a importância desse benefício tanto para a educação, quanto para a economia local, especificamente do campo.

Através das formas organizativas em que as quebradeiras de coco babaçu estão inseridas, as mulheres passam a requerer direitos e lutar por políticas públicas que atendam as necessidades do seu grupo social, da sua comunidade, exercendo o controle social. Uma das relações que as quebradeiras de coco têm com o Estado ocorre por meio das políticas públicas as quais elas têm acessado, que se reveste nos programas governamentais e projetos.

Através de pesquisa “in loco” realizada no município de Viana e Matinha na região da Baixada Ocidental Maranhense, tornou-se possível observar a relação das quebradeiras de coco com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, sendo este caracterizado como um programa social voltado à área da educação, na função da alimentação nutricional.

Não obstante tratarei primeiramente sobre os aspectos teóricos das políticas públicas como estratégia de decisão do Estado, refletindo o seu papel, os objetivos e suas finalidades, da mesma forma busquei neste capítulo expor essas políticas como resultado de lutas da população através de reivindicações.

⁴ Durante o presente trabalho utilizo o termo “desenvolvimento rural”, pois é assim que está descrito nos decretos que implementam e norteiam os programas governamentais, compreendo que soa um tanto evolucionista e de cunho positivista, porém é dessa forma que se dá as formulações das políticas públicas no Brasil.

3.1 Políticas Públicas: Ações estratégicas do Estado para implementar decisões

Para a compreensão da temática dessa monografia, não é possível desvincular as discussões teóricas sobre as políticas públicas, portanto, abordarei neste subitem algumas autoras e autores que contribuíram para a busca do conhecimento sobre o referido tema.

Optando por um caminho metodológico que observei nos escritos monográficos pesquisados, a princípio para debatermos sobre as políticas públicas, devemos discutir sobre a política, no sentido que autor Foucault (1979) nos mencionou, como algo que todas as pessoas fazem, caracterizado como ato de escolher, optar ou decidir. Portanto, a política pública é construída com base em decisões coletivas.

Diante disso, a autora Maria Rua (2009) evidencia a importância em sabermos diferenciar políticas públicas de atos que venham ser puramente decisões políticas, mas que podem ou não ser tornadas políticas públicas.

Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública (RUA, 2009)

As políticas públicas são resultantes de decisões políticas, no entanto, existem algumas decisões políticas que não chegam a tornar-se políticas públicas, por exemplo, a emenda constitucional para reeleição presidencial é considerada uma decisão política, mas não uma política pública. No entanto, a política pública está imersa as atividades políticas e faz parte de um corpo de decisão e de hierarquias preferenciais envolvidas no jogo de aprovação de tal política, como: a privatização de estatais, ou a reforma agrária (RUA, 2009).

Em relação à reforma agrária pode-se notar que existe um conjunto de atores envolvidos, nos quais uns em contraponto a outros são mais ouvidos, expressando assim maior grau de opinar sobre a reforma, enquanto o outro lado, os outros atores sociais são silenciados

A criação de uma política pública exige mais que uma decisão política, requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas por parte

dos integrantes que compõem e agem em nome do Estado. A discussão teórica sobre o termo política pública é entendida nas últimas décadas como um avanço às condições democráticas, compreendendo que a partir delas possam ser disponibilizados alguns benefícios a todas/os, uma forma de elemento para decisões do governo.

A partir de leituras, compreendo que políticas públicas é significado de uma série de conjunto, de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. Assim, a autora Souza (2003) afirma que políticas públicas são ações do governo em relação ao passo que se dará ao público no âmbito municipal, estadual ou federal.

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

A autora menciona a criação dessas políticas com a intenção do governo em produzir resultados no mundo, portanto, uma forma de responder uma demanda exigida da população, logo à política pública é construída a partir do trabalho do Estado, assim como através das participações do povo nessas decisões.

No que diz respeito a essa discussão construí o tópico 3.1.1 para compreender se essas políticas são apenas resultados das decisões políticas formadas dentro do governo, ou se a população tem participado da construção das políticas públicas, de acordo com o pensamento dos autores citados acima.

O autor Oliveira (2010) faz o exercício de compreender a definição das políticas públicas e assim como Souza, ele identifica as políticas como ações do governo.

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2010).

Na citação acima o autor coloca a questão para as políticas educacionais e neste sentido são ações direcionadas a uma das áreas das políticas públicas, no entanto, o termo educação é amplo, mas o foco dessa política é na educação formal, ou seja, uma educação escolar.

Já que intencionalmente reflito sobre as políticas educacionais, o autor Adão Oliveira (2010) frisa com muita sabedoria nos seus escritos a importância das políticas educacionais para todas as pessoas, pois influenciam na construção da sociedade que se origina na escola, como uma das instituições de formação a partir da educação. Portanto, tais políticas não são apenas relacionadas a questões de garantia de acesso às escolas públicas, a expansão de vagas, mas na verdade é o conjunto dessas ações que garante qualidade de vida e respeito aos usuários desse direito.

As políticas públicas podem ser revestidas em ações governamentais com objetivos, metas, efeitos e com efetividade, por meio dos programas governamentais e projetos. Sobre essas duas atividades os autores Silva e Garcia os definem para melhor compreensão:

Programa – é um conjunto de atividades constituídas para serem realizadas dentro de cronograma e orçamento específicos disponíveis para a implementação de políticas, ou para a criação de condições que permitam o alcance de metas políticas desejáveis (Silva, 2002: p. 18).

Projeto – é um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto final que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo. Quando essas operações se realizam de modo contínuo ou permanente, são denominadas de Atividades (Garcia, 1997: p. 6).

As políticas públicas, no que diz respeito à última década ganhou expressão e atingiu muitos campos de ação, existem políticas públicas para educação, saúde, cultura, esporte, justiça e assistência social, mas ainda com todo esse avanço, elas não garantem acesso a todas as pessoas que necessitam e nem mesmo em alguns casos, serviços públicos de qualidade.

No tópico 3.3 desse trabalho poderá ser visto a experiência de um grupo de mulheres, que se autodenominam quebradeiras de coco babaçu em relação ao acesso ao

programa governamental PNAE, logo será possível identificar que tais políticas, muitas vezes não trazem os resultados esperados aos receptores dos serviços.

Existem ainda os casos de mulheres, como será mostrado no capítulo 4, que não conseguem acessar as políticas públicas, por vários fatores, seja por falta da documentação exigida, erros na abertura dos editais, exigências nos critérios do programa, falta de expansão dos programas às populações rurais ou pela falha nos cumprimentos dos dispositivos jurídicos.

3.1.1 Política Pública: Ação Exclusiva do Estado ou Resultado de Lutas?

Com a constituição de 1988 alguns marcos legais foram implementados em função do reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais, referente aos seus direitos, espaços e inserção na sociedade nacional. Houve instituições de políticas específicas para os mesmos, porém desde 1980 surgiu a “onda do desenvolvimentismo”, com os grandes projetos e, sobretudo, o agronegócio, como já tido anteriormente, começou a ameaçar o modo de vida e as práticas sociais desses grupos (MOTA; SCHMITZ, 2015. p. 533).

Nesse contexto de conflito, as mobilizações políticas vieram à tona com uma força de combate, trazendo um novo momento em que o espaço rural estava vivenciando, portanto, ouviram-se os couros de reivindicações vindas do campo. Os protagonistas dessa luta, se empoderaram de vozes e pediam por respeito, direitos e reconhecimento⁵. Para (HONNETH, 2003) a definição de luta social tem explicação nas mobilizações pelo reconhecimento, pois a injustiça social é uma das bases para os protestos e desenvolvimento da resistência e da luta.

Nas vertentes teóricas sobre os movimentos sociais, Melucci (2001) nos informa que os movimentos específicos de mulheres são recentes e suas lutas têm significado particular de um novo contexto, no qual o autor denomina como movimentos contemporâneos, que por sua vez, alteram a estrutura social, de poder e, ainda, reivindicam por questões no plano do simbólico, que representam questões de um universo simbólico e, que constam elementos do mundo social particular que representa um símbolo. Segundo Bourdieu (1989):

⁵ Honneth (1994, p.264) acredita que os conflitos sociais e formas de luta não são todos constituídos pelo modelo de uma luta por reconhecimento, mas nesse estudo cabe a reflexão do autor pois uma das lutas das quebradeiras de coco babaçu é pelo reconhecimento de suas práticas sociais e sua identidade.

É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido, o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível. (BOURDIEU, 1989: p.07).

Dessa forma podemos dizer que o campo simbólico está imerso nesse mundo ignorado e que é tornado invisível, no entanto, esses agentes sociais alteram os movimentos sociais e trazem essas questões simbólicas para serem discutidas.

As mulheres do campo conquistaram espaços e percepções críticas dos seus lugares, como trabalhadoras rurais, por exemplo, foi uma grande vitória a inserção e reconhecimento das mesmas nos Sindicatos, que antes tinha por nome Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR e, após as lutas femininas, o nome foi alterado para Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais – STTR. As mesmas se inseriram na história e nas lutas como atrizes sociais e políticas, dotadas de direito.

Os movimentos sociais específicos das mulheres influenciaram diretamente no estabelecimento do quadro político institucional, pois esse quadro vem sendo trabalhado pelo governo a partir das demandas dos movimentos sociais, organizações associadas a identidades com questões específicas, como as quebradeiras de coco e o MIQCB.

As políticas específicas aos povos e comunidade tradicionais não podem ser percebidas como um dado, advindo de forma externa aos processos de luta dessas comunidades. Sobre esse processo, afirmam as autoras: “[...] a organização e as mobilizações das mulheres trabalhadoras rurais trouxeram ao Estado um conjunto de reivindicações, colocando a necessidade de dar respostas às questões colocadas” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 11). Portanto, percebemos que as políticas públicas e os programas governamentais são resultados de pautas reivindicatórias que partiram dos movimentos sociais, dessa forma conquistados através de um processo de mobilizações políticas.

O Estado para atender essa demanda social cria as políticas públicas e na gestão de cada governante criam-se os programas governamentais, como uma forma de “responder” ou tentar “solucionar” as questões expostas pelos agentes sociais. Sobre este aspecto D. Rosa afirma com as políticas públicas são resultado de reivindicações e que os agentes sociais ajudaram a construir tais políticas:

Esses programas, essas políticas, por exemplo, a da subvenção, que nós fazemos, foi uma coisa que a gente tanto lutou, que a gente se organizou tanto pra conseguir isso, porque nós do movimento das quebradeiras de coco

a gente pode dizer isso, porque não foi os caras também que tão aí que conseguiram isso, fomos nós quebradeiras juntos com outras companheiras e companheiros que lutou, não foi um presentinho do Estado, a gente tava lá dando esse grito e ajudamos a construir. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Através do posicionamento do Estado, ou melhor, dos atos do Estado como afirma o autor Bourdieu (2014) “atos políticos com pretensão a ter efeitos no mundo social” tem como discurso que os programas governamentais trazem o retorno aos pedidos da população em relação a melhorias e assistência, encontrando assim uma forma de atender essas necessidades envolvendo o campo econômico, social, cultural e político das pessoas que têm acesso, pois os mesmos se reproduzem permeando as relações sociais daquele grupo, trazendo alterações no modo de produção, no modo de vida, na sua organização social, política e econômica, podendo até mesmo transformar a lógica do grupo.

As quebradeiras de coco nas suas falas demonstram que participaram das construções das políticas públicas, através de luta popular para que então o Estado respondesse, por exemplo, com uma política específica as trabalhadoras e trabalhadores do agroextrativismo, como a PGPM-Bio. Porém, percebo que as mulheres não estão satisfeitas, como tais políticas foram constituídas, muitas vezes não condizem com seus modos de vida, sua cultura. Conforme a fala de D. Rosa, para acessar as políticas as agentes sociais têm que se enquadrar aos padrões exigidos pelos programas, caso contrário não acessam. Afirma ainda que ao comercializar ou repassar os produtos do babaçu aos programas governamentais, uma parte delas está sendo vendida, a sua cultura:

Isso pra nós é muito forte, eu tenho percebido muito isso quando vai se trabalhar os grupos produtivos e pra nós de povos e comunidade tradicionais a gente tem cultura, um modo de vida e na medida em que tu começa usar essa nossa coisa da cultura pra comercializar nossa cultura, por que pra mim comercializar os produtos do babaçu, é comercializar um pouco da nossa cultura porque a gente quebra coco por necessidade, mas a gente tem uma relação e a partir dos programas, eu sou obrigada a fazer de uma forma diferente para atender o capital, aí eu tenho vender o mesocarpo, porque eu quero dinheiro e com isso o capital entra muito forte pra nossas vidas [...] E ainda tem agora que adequar o lugar por causa da higiene, a gente é obrigada para poder comercializar, tem um padrão e que não é o mesmo do nosso. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Ao instituir essas políticas públicas, nesse caso as políticas voltadas ao grupo de extrativistas, a saber: as quebradeiras de coco babaçu, que vivem e praticam a coleta e a

quebra do coco no espaço rural, o Estado cria, mas também efetua uma das principais funções do Estado que “é a produção e a canonização das classificações sociais” (BOURDIEU, 2014: p.38). Ou seja, praticam-se os atos de Estado, pois ao constituir os programas governamentais é preciso que seja feito aos moldes do Estado, conforme a sua lógica, criando critérios de participação, classificando as pessoas que poderão acessar e exigindo outro modelo de produzir, fatores esses que delimitam e dificultam o acesso.

Portanto, o Estado reconhece essas pessoas como sujeitos de direitos, reconhece o direito dos povos e comunidades tradicionais, no entanto, existe uma via dupla contraditória nas suas ações, pois o mesmo que possibilita as melhoras, cria os empecilhos, enquadrando as pessoas em outra lógica, uma lógica financeira, do capital, fugindo da estrutura social dessas comunidades tradicionais.

As denominações, as categorias e a obrigatoriedade em ter que dizer um tempo de trabalho, é exemplo de alguns critérios presentes nos decretos e resoluções das políticas públicas e dos programas governamentais. Tais atos representam a essas mulheres uma violência simbólica, pois as mesmas afirmam ser uma agressão a elas e as palmeiras de babaçu, ver algo que elas ajudaram a construir, se tornar cada vez mais distante das suas realidades. Diante disso alega Dona Rosário na Audiência com a Conab para tratar sobre as dificuldades no acesso aos programas governamentais e a política pública de subvenção:

É muito triste pra gente que lutou pra ter essas políticas e os programas, como um benefício nosso que é. Aí agora elas tão ficando cada vez mais difícil da gente entrar, isso até dói na gente. Se não querem que a gente participe é bom falar, que a gente vai atrás de outra coisa, mas fazer isso, de um monte de burocracia não é certo com a gente, nós somos é quebradeiras de coco e do campo e não trabalhamos aqui pra fazer todos esses cadastros. (D. Rosário, quebradeira de coco babaçu. Entrevista concedida em 2016).

De acordo com a fala de D. Rosário percebemos que para acessar aos programas governamentais as quebradeiras de coco têm que se inserir em outra forma de organização econômica, na qual as mesmas precisam se institucionalizar e compreender outro universo, que está imerso a burocratização e a lógica do capital.

Sobre os fatores mencionados neste tópico, os esclareceremos conforme as experiências descritas a seguir no próximo subitem, mostrando como se efetua na prática o acesso ao PNAE com as quebradeiras de coco nos municípios de Viana e Matinha,

evidenciando as dificuldades enfrentadas para acessar e alguns fatores limitantes do programa.

3.2 PNAE: Programa Social, Educacional e de Sustentabilidade local

O PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar é gerenciado pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o fundo destinado ao programa visa suprir as necessidades nutricionais dos alunos no campo da educação formal, na instituição escolar, responsável pela merenda da educação infantil até a educação dos jovens e adultos na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O programa tem origem desde a década de 40, quando o Instituto de Nutrição defendia a proposta do governo federal em oferecer a merenda escolar, no entanto, o governo alegou falta de recurso. Dessa forma a merenda escolar somente é oferecida gratuitamente na década de 50, quando surgiu o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, a partir de então a merenda escolar no âmbito nacional torna-se responsabilidade pública (FNDE, 2016).

A partir de 1976, embora financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa era parte do II PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição. Somente em 1979 passou a denominar-se PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Apenas no ano de 2009 o PNAE a partir da sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, garante que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

O repasse valoriza não somente a economia local, mas também a diversidade cultural, a partir do momento que a merenda escolar envolve as práticas sociais e o saber de um povo, como neste caso, o trabalho que é entregue em forma dos alimentos adquirido pelo programa. Portanto, neste momento o PNAE além de assumir um caráter de política educacional é considerado também uma política agrícola com papel de apoio a sustentabilidade, beneficiando a produção e economia local, garantindo a permanência das práticas sociais, como a das quebraadeiras de coco, a partir do momento que o programa recebe os produtos extraídos do babaçu, por exemplo, o azeite e a farinha do mesocarpo.

Na Resolução CD/FNDE nº 4 de 2 de abril de 2015, considerando o fortalecimento da Agricultura Familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local, os artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26, que tratavam da aquisição de gêneros alimentícios foram alterados, a nova redação garantia a obtenção de produtos oriundos da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou suas organizações. Tal Resolução modificou a forma de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda; estabeleceu que são grupos formais/ informais de assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, os principais grupos a entregar no PNAE.

As políticas educacionais incidem diretamente na educação escolar, com objetivos de melhorar as condições do ambiente de ensino aprendizagem, garantindo a qualidade social à educação. Tais políticas envolvem decisões como: construção de prédios, contratação de profissionais, formação docente, carreira, valorização profissional, matriz curricular, gestão escolar e etc.

Essa política surge apenas quando a educação assume sua forma de organização institucionalizada na estrutura da escola, que ocorreu a partir da regularização da educação em um sistema educacional, distribuídos em sistema de ensino da união, do Estado e dos municípios, instituída na constituição federal de 1998 com a emenda constitucional nº 14 de 1996 e a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional – LDB nº 9396 de 1996 que regulamentam o sistema educacional brasileiro (MELO, 2013).

Essas políticas são relacionadas aos problemas existentes no cotidiano das escolas, para tentar amenizar as insuficiências escolares e possibilitar uma educação de qualidade, acionando um caráter de construção de uma nova ordem social com o intuito de construir uma educação que respeite as diferenças socioculturais e econômicas.

Outro fator relevante em tais políticas diz respeito a sua contribuição na diminuição às desigualdades sociais e aos estigmas que os estudantes enfrentam na escola, principalmente os da zona rural, que em casos, são integrantes de povos e comunidades tradicionais, carregando consigo sua identidade. Assim a escola na maioria das vezes não sabe lidar com essas especificidades, ocasionando a exclusão dessas alunas/os.

Existem também aquelas crianças que saem de suas comunidades para assistir aulas em escolas urbanas e nestas são ainda mais estigmatizadas por suas origens, com isso aprendem a negar sua identidade e sentir vergonha da sua cultura. Com reforço e a valorização da merenda escolar advinda do seu povo, há um fortalecimento das práticas sociais, auxiliando na valorização dos saberes tradicionais e podendo acionar nessa criança a pertença de sua identidade.

Para as demais crianças, também é de grande importância, pois aprendem a respeitar o outro, diminuindo a segregação social dentro e fora do ambiente escolar. O próprio alimento da merenda pode ser evocado nas aulas para ilustrar situações e exemplos da cultura de um povo, sendo elemento do ensino-aprendizado nas aulas de sociologia, biologia, geografia e demais áreas do conhecimento. Dessa forma o PNAE pode ser um mecanismo de influência na formação de novas pessoas com um olhar mais crítico e compreensivo da nossa sociedade, contribuindo para construir uma visão de respeito entre os indivíduos e valorização das práticas sociais e saberes tradicionais de um determinado povo.

O PNAE é caracterizado como programa social na área da educação e o maior programa de alimentação em atividade no Brasil. Tem como objetivo contribuir para o crescimento, aprendizagem e rendimento escolar dos estudantes, os motivando a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio da merenda escolar saudável e ações de educação alimentar e nutricional. É um programa que age com a intenção de intervir positivamente na qualificação da educação e no processo de ensino-aprendizagem, garantindo uma boa alimentação através da merenda escolar.

O programa Por meio de algumas promoções incita à educação, um ensino ecológico e cultural aos estudantes, pois a merenda escolar adquirida do agricultor familiar, de comunidades ou povos considerados tradicionais, estimula o acionamento da memória e identidade de um povo, através de uma das suas práticas sociais, que neste caso advém do trabalho e que se transforma em merenda, fortalecendo suas ações, seu grupo e sua cultura.

Diante dessas características o programa além de abordar uma educação alimentar, realiza uma educação que preza pelas práticas sociais locais, nas quais fazem parte dos saberes de povos. Saberes esses que por muito tempo não foram apenas excluídos, mas também subtraídos dos povos e comunidades tradicionais sem nenhum respaldo de direito (DOMINGUES, 2012). Reflito sobre o PNAE, como uma boa alternativa para se trabalhar a

articulação entre o conhecimento e saberes tradicionais, pensando em valorizar essas práticas e culturas dentro do ambiente escolar.

Desde a alteração feita no PNAE em 2009, que garante o direito de que no mínimo 30% do valor devem ser investidos na compra de produtos dos agricultores familiar, assume um papel importante em apoiar a agricultura familiar e direcionar o desenvolvimento sustentável para as comunidades tradicionais, indígenas e de remanescentes quilombolas, ao lado de outros dois programas que tem as mesmas intenções o PAA e o PRONAF.

No artigo 12 da Lei nº 11.947 que garante as diretrizes do programa, enfatiza a importância em considerar os aspectos nutricionais e culturais locais, sendo um dos critérios a serem cumpridos ao fornecer a merenda escolar, com o intuito de garantir a sustentabilidade e diversidade agrícola da região.

O autor Darolt (2012) desenvolve reflexões nas quais mostram o PNAE, como um programa que prioriza os alimentos ecológicos, a partir da aprovação dos 30% do repasse a agricultura familiar, o que fortalece a sustentabilidade local. Compreendendo que além de favorecer o estudo das crianças, jovens e adultos promovendo a mudança de hábitos alimentares saudáveis e o resgate cultural, auxilia ainda na permanência dos agricultores no ambiente produtivo, com biodiversidade e protegido ecologicamente.

Para Sachs (2004) a sustentabilidade tem oito dimensões, ecológica, cultural, social, ambiental, territorial, política nacional, política internacional e economia, diante de seus estudos ele aponta que o PNAE flui por algumas dessas dimensões, haja vista que os seus objetivos proporcionam melhores condições no ambiente local.

Logo, após esse breve panorama de construção do PNAE, no qual já o conhecemos como política educacional e que preza por uma sustentabilidade social, ecológica, cultural e econômica para uma determinada região, ao qual de fato esteja sendo cumpridos os critérios estabelecidos pelos parâmetros jurídicos do programa governamental. Conheceremos a partir de relatos das quebradeiras de coco dos municípios visitados, como se dar a experiência de acessar o programa, para saber se na práxis os objetivos estão sendo executados.

3.3 Quebradeiras da Regional da Baixada Ocidental Maranhense: Experiências com o PNAE

No decorrer desse trabalho já apontei o papel das políticas públicas, em especial, do PNAE como um programa governamental que tem caráter social, educativo, alimentar e que também preza pela sustentabilidade local, no entanto neste parte da monografia, mostrarei alguns pontos limitantes desse programa quanto a sua efetividade na prática.

O PNAE como uma política pública é moldado pela realidade social, ao passo em que interage na sua aplicação, adquirindo tanto negatividades no desempenho, quanto positivities, um dos lados negativos que será exposto, é que nos municípios de Viana e Matinha mesmo as quebradeiras de coco fazendo o repasse dos produtos para a prefeitura, essa produção não é distribuída nas escolas da região.

Quanto aos pontos positivos, existe o fortalecimento da agricultura familiar e reforço na economia local, no entanto, outro aspecto que contribuiria para essas agentes sociais se daria justamente com o repasse desses produtos às escolas da localidade, fortalecendo sua cultura, suas práticas sociais e seus pertencimentos identitários. Quanto a esse aspecto afirmam:

Aqui pra nós o PNAE não fortalece nossa luta, aqui pra nós, nas nossas escolas, nessas escolas aqui perto, os nossos filhos não bebem o mingau de mesocarpo, não bebem porque a gente bota pra lá e quem vai beber deve ser “os filhos dos papaizinhos”, porque nossos filhos que eram pra comer dos alimentos que a gente entrega não comem. (Dona Mirian, quebradeira de coco babaçu e indígena do Povo Gamela. Entrevista concedida em 2016).

Aqui nunca se viu falar, nem nesses interiores e em nenhum lugar que os meninos das escolas beberam o mingau, a gente num sabe nem o que eles fazem com nossos produtos, se jogam fora ou se vendem. (Dona Barbara, quebradeira de coco babaçu e indígena do Povo Gamela. Entrevista concedida em 2016).

Nas falas das quebradeiras, pode-se notar uma falha na execução do PNAE, um programa que deve beneficiar não somente a economia local, como também a melhoria da educação escolar nos municípios rurais, logo em Viana, o benefício da merenda escolar através dos produtos da agricultura familiar não chega para os filhos das quebradeiras ou das trabalhadoras e trabalhadores rurais da localidade.

Nas conversas com as quebradeiras e suas famílias, pois na roda de conversa em Viana, estavam presentes filhas, filhos, maridos e outros parentes. Todas/os concordavam e

apontavam que as políticas públicas fortalecem a luta das quebradeiras, como também das suas outras identidades, como é o caso de Viana, o pertencimento indígena. Dona Mirian coloca:

As políticas públicas elas fortalecem a nossa luta, porque assim com a ajuda do MIQCB a gente tá assim nessa luta aqui pra melhorar elas, mas eu acho que é uma luta boa, ajuda muito aqui a gente no nosso território, acessando esses programas do governo. Apesar de nós ta também nessa luta grande e “arriscosa”, que é a nossa retomada aqui, ta fortalecendo ainda mais a gente e isso por causa da força que o MIQCB dá. (Dona Mirian, quebradeira de coco babaçu e indígena do Povo Gamela. Entrevista concedida em 2016).

Ainda na fala de Dona Mirian, podemos notar a importância da mediação que o MIQCB faz com essas mulheres, ou seja, somente criar as políticas públicas não é o suficiente, tem que existir um aparato para que os agentes possam ter acesso a tais políticas.

Além da vontade em acessar, as quebradeiras querem também propor melhorias as políticas públicas, elas compreendem que é um benefício, mas como afirma Dona Mirian, é também uma luta em buscar de tentar melhorá-las, pois não suprem as suas demandas. Diante disso D. Bárbara relata que a demanda e o formato dessas políticas não são coerentes e nem atendem suficientemente os grupos das quebradeiras de coco da Regional da baixada maranhense.

Hoje essas políticas ainda não tão assim boas, não atende nós tudo, hoje existe muita mulher querendo, mas a gente que é do escritório com a ajuda do MIQCB, não dá é conta de fazer essa porção de trabalho e se não tem quem faz o cadastro, as mulheres não acessam, essa é nossa grande dificuldade aqui na regional toda. Aqui nesse povoado pouco elas procuram, mas em outros tem muita procura, porque tem mulheres que vivem mesmo só do coco, por que elas sabem se elas não fizer subvenção, elas só ganham aquele dinheiro da quebra do coco, elas não ganham aquele dinheiro que vem de fora, uma renda extra. (Dona Barbara, quebradeira de coco babaçu e indígena do Povo Gamela. Entrevista concedida em 2016).

Na fala D. Bárbara apresenta outra política, conhecida como subvenção, a PGPM-Bio – Política de Garantia do Preço Mínimo – Biodiversidades, é uma política que garante a aquisição de uma renda extra em cima do valor do babaçu vendido pelo preço do comércio local, sobre esta detalharei melhor no próximo capítulo, mas é importante saber que associado ao PNAE, as agentes sociais acessam outros programas e que não somente no PNAE existem os fatores limitantes.

Na roda de conversa sobre as políticas públicas em Matinha, D. Glória demonstra que o PNAE poderia contribuir com a educação escolar, pois a partir da merenda se aciona

algumas atividades praticadas pelas pessoas do campo, como agricultores, quebradeiras, quilombolas, indígenas, pescadoras etc, favorecendo na vida das pessoas e motivando o respeito a esses grupos.

Ah se tivesse vindo pra escola, ajudava muito, porque geralmente todos esses jovens ajudam aí a gente no trabalho, inclusive os meus me ajudam a fazer aqui de tudo, aí quando chega lá na escola ou em qualquer outro lugar a pessoa fica com vergonha de dizer o que é, aqui mesmo, uma escola em Matinha teve uma aula que era pra pessoa se apresentar e falar sobre sua comunidade, aí minha filha disse que era quilombola, negra e morava num quilombo de Bom Jesus, aí uma professora disse que lá era proibido falar que era de quilombo, que não podia se identificar assim, aí ela ficou mal e quando chegou em casa ela me disse. (Dona Glória, quebradeira de coco babaçu e quilombola do quilombo Mó São Caetano. Entrevista concedida em 2016).

A problemática existente nos municípios de Viana e Matinha é uma questão que nos seus encontros elas discutem, também pressionam a prefeitura e agem como fiscalizadoras indo até as escolas saber se a sua produção foi entregue, porém não têm respostas.

Imagem 3: Roda de conversa com as quebradeiras de Viana



Fonte: Arquivo pessoal.

As quebradeiras de coco não sabem pra onde está indo a produção que repassam para o PNAE, as escolas da localidade não estão recebendo, o produto não está sendo entregue na merenda escolar da região. Sr. Oscar, marido da D. Bárbara quebradeira de coco, relatou sobre a finalidade da produção:

A gente aqui já falou sobre isso, porque a gente sempre bate nessa tecla, é uma produção que tá vindo das quebradeiras, se meu filho não tá comendo, o filho do meu parente não tá comendo, a gente tem o direito de saber o que aconteceu, que destino ele deu. (Sr. Oscar, marido de uma quebradeira de coco babaçu e liderança indígena do Povo Gamela. Entrevista concedida em 2016).

D. Barbara conta ainda que nas conversas com alguns secretários da prefeitura, elas fazem esse questionamento, em querer informações do porquê da sua produção não ir para a merenda das escolas, e, por exemplo, em relação ao mingau do mesocarpo, os secretários afirmam existir dificuldades no preparo, mas ainda assim elas tentam solucionar esses problemas, dando novas sugestões:

Numa conversa com um secretário, ele alegou na reunião um problema de não ter o mingau na merenda, é que nós quebradeiras colocamos o mesocarpo, mas eles falaram que falta o leite, e então nós temos uma solução, nós entrega então as paneladas prontas, mas nem assim vai pra merenda de nossos filhos aqui nas nossas escolas do município. (Dona Barbara, quebradeira de coco babaçu e indígena do Povo Gamela. Entrevista concedida em 2016).

Logo, está sendo possível notar que um dos principais entraves do PNAE nos municípios de Viana e Matinha é o repasse dos produtos advindos da agricultura familiar e nesse caso também entregue pelas quebradeiras nas merenda das escolas locais. D. Rosa na sua fala evidencia sua preocupação com os relatos das crianças em ter o interesse de saber por que não estão se alimentando da produção de sua família nas escolas.

Esse ano eu não fui nas escolas, mas no ano que a gente entregou a nossa produção, como eu tinha filho na escola, eu ia procurar saber, mas nunca nossas crianças daqui comeram. Numa reunião que fomos na Teia, até surgiu essa discussão, um rapaz, chamado Cauã trouxe isso na reunião e até em casa a minha neta me perguntava em casa, já o Cauã foi lá na hora da discussão, ele perguntou também, assim como minha neta me disse “Vó, se essa merenda a senhora diz que é pra gente comer na nossa merenda da escola, por que na nossa escola a gente não come?” “Por que saí da minha casa um monte de galinha e eu não como nenhuma galinha dessa na escola?”. As nossas crianças elas sabem, elas vem que estavam na nossa casa, que elas mesmo tavam o milho e depois a gente diz a elas que é pra merenda escolar e na escola elas não comem? Isso é muito ruim. O Cauã disse assim na sua pergunta: “Na minha comunidade minha vó, meu tios, minhas tias todo mundo produz, a gente produz e vende pra merenda escolar, só que na minha escola eu nunca comi nem uma coisa daquela que a gente

vendeu, pra que escola vai?”. Ali não estava quem dava a resposta pra ele, nós também não sabíamos dar a resposta pra ele, mas ele queria saber pra onde vai uma coisa que a gente fez e que era pra gente comer, é chato por que a gente vai nas outras comunidades e também lá não chegou a galinha, o mesocarpo, o azeite, a vinagreira, o maxixe, nas escolas da zona rural o único produto que a gente sabe que veio, foi só a farinha. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

No PNAE as quebradeiras de coco não colocam somente produtos extraídos do babaçu, entrega também uma produção advinda da agricultura familiar, como D. Rosa disse acima, a galinha, as hortaliças, frutas, farinha. E não é somente com relação ao mesocarpo que os responsáveis pelo programa alegam dificuldades em ir para a merenda, conforme D. Gracinalva informa, a nutricionista diz não ser possível ter a galinha no cardápio da escola, pois não tem o transporte que mantém o frango refrigerado.

Nós fomos na escola falar com a nutricionista pra saber porque as galinhas não iam pra merenda, sabe o que ela falou? Que era porque não tinha frigorífico pra chegar com as galinhas até lá, aí eu disse, mas se a merenda sai daqui, como é que essa galinha vai e ela não volta? E porque eles não fazem um calendário, uma forma, pra deixar logo a galinha na escola? Eu pergunto pra minha filha, tu bebe o mingau da farinha de fubá, e ela me diz: “não mamãe, a gente bebe é um suco azedo na escola”. Então a gente acha que eles tão mandando pra outro lugar mais longe, pra outro estado, ou tão vendendo, eu acho é que eles mudam de cidade com essa produção, porque nossas crianças não tomam. (Dona Gracinalva, parente das quebradeiras de coco babaçu e indígena do Povo Gamela. Entrevista concedida em 2016).

Nota-se que na fala, a filha de D. Gracinalva diz que na escola o alimento disponibilizado é um “suco azedo”, provavelmente um suco industrializado, declarando assim outra falha na aplicação do programa, pois outro ponto do programa descrito no artigo 12 da Lei nº 11.947 é oferecer uma educação alimentar através de uma merenda saudável que leve em consideração os aspectos nutricionais e culturais locais.

D. Rosa diz que se os produtos do babaçu estivessem indo a merenda escolar local, isso fortaleceria a luta que as quebradeiras enfrentam contra as derrubadas, queimadas e envenenamentos, porque as crianças começam a compreender a importância da palmeira do babaçu para sua reprodução física e social.

Eu me lembro quando o menino de Barbara que não vinham nas nossas reuniões nem nada, mas quando tavam derrubando o palmeiral bem aqui, que é o fundo das nossas casas, mesmo ele sem tá nas reuniões, ele todo dia pegava o facãozinho dele e vinha olhar eles derrubando o palmeiral, então ele já tinha um sentimento por aquilo, já era um fortalecimento, porque ele já ficava triste com a derrubada das palmeiras. (Dona Rosa, quebradeira de

coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Mesmo sem a merenda estar posta nas escolas para as crianças, elas começam a notar a importância do babaçu, pois as mulheres a partir da primeira proposta da prefeitura com o PNAE, elas começaram a se reunir e tirar o mesocarpo para fazer a entrega e assim as crianças estavam aprendendo e se apegando às práticas sociais e às palmeiras do babaçu.

Eu acredito que se os nossos produtos do babaçu, nossos produtos da agricultura familiar tivesse nas nossas escolas aqui, eu acredito que fortaleceria a gente, a nossa identidade, acredito muito que esses programas fortalecem a gente sim, a gente aqui era um pouquinho só de mulher que tirava mesocarpo, aí quando a gente conseguiu ter a primeira proposta lá da prefeitura sobre o PNAE, assim as mulheres que já tiravam mesocarpo, tinham filhas, netas, noras e elas começaram a tirar mesocarpo também, chegou um tempo que nós tinha um grupo bem maior pra tirar o mesocarpo e com isso até as crianças foram aprendendo, todo mundo já sabe quando o coco tá bom de tirar mesocarpo, então isso significa dizer que tá fortalecendo de um jeito ou de outro todo mundo já tem cuidado. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

A fala de D. Rosa demonstra que as políticas públicas, em particular o PNAE, não fortalece apenas a melhoria na educação escolar, mas sim na escola da vida, nos ensinamentos e nas práticas sociais que elas estão passando aos seus filhos e filhas, contribuindo para o fortalecimento dos laços de pertença da sua identidade de quebradeira de coco, ou de agricultora familiar.

À medida que a pesquisa avançava, me debruçava sobre os comentários das mulheres, a começar sobre os caminhos que as políticas públicas estavam seguindo, como se a cada passo dado pelos organizadores da política fosse para dificultar ainda mais o acesso, fator que não agrada as quebradeiras, porque sabem que é um direito delas e que surgiu das suas lutas.

Quando se trata da educação, as mulheres entrevistadas mostravam alguns empecilhos da educação escolar em relação a suas lutas, pois o conhecimento passado na escola está sempre em oposição ao que é dito em casa, logo os seus saberes não são discutidos na escola e seus filhos/as por momento aprendem a ter vergonha do que são, ou da atividade em que sua família exerce.

Os professores fazem questão de fazer referencia e ensinar sobre outras coisas, gente mas a gente tem tanta coisa aqui dentro do nosso lugar, vamos falar de fruta com letra b, fala de bacuri, pra ensinar eles. Alfabetizam é com

coisas que as crianças não ver aqui. Por que não fala do babaçu,? Aí depois a criança vem pra casa e quer comer a fruta do M da maçã e isso a gente não tem plantado aqui. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Mas com todas as dificuldades apontadas em relação à educação formal, as agentes sociais ainda têm esperança de que um dia o ensino-aprendizado na escola possa valorizar o seu modo de vida, formando pessoas pra respeitar a todas/os na sociedade e compreender a importância daquelas que trabalham e vivem no campo.

A gente tem que falar do que é nosso, por exemplo, pra valorizar. Aqui nas escolas as nossas filhas, as nossas netas não diz que são quebradeiras de coco e nem falam a história também, e eu até falo essa relação da educação e nossa identidade. Eu estudava com muitos jovens, porque eu terminei o ensino médio em 2012, e era cheio de jovem que vieram da zona rural, mas os meninos então eles não falavam que eles era filho de quebradeiras, no dia da apresentação eu fiz uma folha imensa e eles faziam duas coisinhas assim, pouquinho coisa, pra não falar da vida deles, por que assim eles não iam contar a vida deles, eles tinham vergonha. Aí depois da minha apresentação enorme, dizendo tudo que eu faço, que quebro coco e isso e isso mais, as meninas falavam comigo bem baixinho, “a minha mãe é quebradeira de coco e eu já quebrei coco com minha mãe”, mas bem baixinho, os meninos vinham e me diziam “eu não sou daqui também não, sou do interior e a gente trabalha é na roça também”. Nesse momento eles tiveram uma referência dentro da escola pra eles falar isso, mesmo que fosse baixinho. Lá na cidade falar que tu é filho de quebradeira, falar que veio da roça é um negócio difícil. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Fica claro na fala de D. Rosa, que a educação formal dentro do ambiente escolar não está sabendo tratar essas questões e pelo contrário, causa um sentimento de medo e vergonha da sua identidade. Com o reforço das políticas educacionais essa realidade poderia ser transformada, trabalhando a valorização do trabalho realizado no campo e desses agentes que vivem dessas práticas sociais que as vezes são desrespeitadas pelo conhecimento científico.

Sr. Oscar relata a importância que a palmeira de babaçu tem na vida das pessoas. As quebradeiras coletam, quebram o coco, tiram o mesocarpo, fazem carvão com a cascas, mas todos/as na comunidade, mesmo que não se identifique como quebradeira, utiliza da palmeira e dela aproveita algo pra sua vida.

A palmeira é uma mãe da gente, se derrubar a palmeira, a gente não tem palha pra cobrir casa, num tem pra fazer cofo e tudo aqui a gente depende da palmeira, dela tudo a gente pode usar, é uma coisa muito sustentável, eu acho que pra todo mundo é muito valioso. (Sr. Oscar, marido de uma

quebradeira de coco babaçu e liderança indígena do Povo Gamela. Entrevista concedida em 2016).

Portanto, o que se constatou na pesquisa foi que um programa com metas, objetivos e planos que poderiam favorecer a educação alimentar, social e cultural dos indivíduos que moram no campo, não está sendo empregado conforme todos os caráter que tal política pode assumir para melhoria da qualidade de vida.

O que se viu nesse capítulo foram relatos de planos parcialmente fracassados, pois contraditoriamente, no que se diz respeito a um dos objetivos proposto pelo PNAE, que é priorizar as escolas da localidade com o benefício da merenda escolar advinda da própria região, não está sendo aplicado na realidade nos dois municípios visitados.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: A SITUAÇÃO DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU

A criação dos programas governamentais, como PAA, PNAE, PRONAF, ganha espaço e torna-se um tema dentro das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, no âmbito da construção dos mercados institucionais (GRISA; PORTO. 2015. pg.25). Portanto, detalhei nesse capítulo alguns programas governamentais que as quebradeiras de coco já tiveram contato ou estão acessando, uma vez que há casos em que as mulheres já tiveram acesso aos programas e por algum motivo houve uma interrupção na renovação dos contratos e perderam o acesso ao mesmo.

A pesquisa buscou refletir também sobre as políticas públicas através de duas formas de enxergá-las, sendo apenas como uma ação vinda externamente do Estado para a população ou uma resposta do Estado às demandas sociais em que os movimentos reivindicam para a melhoria de vida de uma coletividade. Compreendo que as políticas públicas, neste caso, voltados ao campo, surgem como respostas às demandas e reivindicações dos movimentos organizados por mulheres e outros agentes sociais que contribuíram nesse processo, assim realizei estudos de caráter qualitativo sobre tais políticas.

Aprofundo conhecimentos e discussões sobre dois programas governamentais e uma política de preço mínimo, pois no decorrer da pesquisa compreendo que essas estariam relacionadas de forma direta com os objetivos do trabalho aqui desenvolvido, sendo estes: o PNAE, o PAA e a política de subvenção PGPM-Bio.

Foi evidenciado neste estudo o contato que presenciei no P.A. Vila Diamante, onde vive um grupo de quebradeiras de coco babaçu, que se organizam através da Associação de Mulheres Camponesas Quebradeiras de Coco de Vila Diamante. O grupo não é articulado ao MIQCB, está associado à outra lógica de organização. As mulheres afirmaram não terem uma relação direta com o Estado como quebradeiras de coco, porém são articuladas ao Movimento Sem Terra - MST, e através desse existe um diálogo maior com o poder público, desde o P.A em que moram, ao contato que tiveram com um programa governamental no ano de 2014, como veremos nas descrições a seguir.

Evidencio, ainda através dos relatos das quebradeiras de coco da Regional da Baixada, do Município de Viana e Matinha, a experiência dessas agentes sociais com o

PNAE, o PAA e a PGPM-Bio. E por meio dessas informações, foi possível identificar a importância da atuação política e organizativa do MIQCB, percebendo que através desse movimento está sendo possível que algumas quebradeiras da região da baixada acessem políticas e programas governamentais.

Como um dos objetivos da pesquisa, pretendi fazer a relação entre o acesso das mulheres às políticas públicas e os fatores de transformações no modo de vida das quebradeiras de coco, através da análise dos relatos das mesmas, buscando saber se esse contato altera as formas organizativas, as mobilizações políticas reivindicatórias, os impactos vivenciados na relação de produção e os efeitos sobre o grupo.

As mulheres apontam muitos problemas no acesso às políticas públicas, principalmente, no que diz respeito à aplicação de tais políticas na realidade, que não convém na maioria das vezes com o estilo de vida de mulheres trabalhadoras agroextrativistas da zona rural, no entanto, as quebradeiras afirmam que mesmo com todas as dificuldades ao acesso, existem alguns benefícios adquiridos através dos programas.

4.1 Panorama de acesso das quebradeiras de coco babaçu às políticas públicas

Identifiquei os programas governamentais voltados especificamente às quebradeiras de coco, portanto, formulei um quadro que evidencia alguns dos programas em que elas têm acesso e nos próximos tópicos optei por reter os estudos em políticas específicas ao seu grupo, sendo o PNAE, o PAA, e a PGPM-Bio, mas que outros povos e comunidades tradicionais também têm o direito de acessá-las.

Verificamos que as quebradeiras de coco babaçu podem ter acesso às políticas públicas através das formas organizativas com o auxílio das associações, cooperativas, individualmente com sua produção, pelas ONG'S ou pelos sindicatos aos quais estejam vinculadas.

Para servir como exemplo, existe o MIQCB que surgiu como movimento social, mas, ao longo de sua trajetória política optou por institucionalizar-se em uma associação para conseguir estabelecer diálogo com o poder público e dessa maneira reivindicar os direitos das quebradeiras de coco babaçu e dentre esses, o acesso às políticas públicas.

Outra dessas associações companheiras das quebradeiras de coco, além do MIQCB, é a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA)⁶, umas das associações que contribui para esse processo de conquista das políticas públicas voltadas ao grupo do extrativismo do babaçu.

Pelos sindicatos elas podem ter acesso aos programas governamentais, contudo é possível que os programas governamentais acessados dessa forma não sejam uma política específica do seu grupo, das quebradeiras de coco, mas sim no âmbito geral da política social e direito adquirido como trabalhadora rural, por exemplo, o programa bolsa família e o PRONAF.

Algumas quebradeiras de coco fazem parte do público que é assistido pelo programa bolsa família. Elas recebem o repasse em dinheiro e afirmam positivamente os benefícios em que o programa traz a elas e suas famílias, servindo dessa forma como uma “ajuda”, termo citado no artigo “A “precisão” e o “luxo”” de Martina Arlert. Conforme relata a autora:

Em um cotidiano de “luta”, o Programa Bolsa Família é visto como uma “ajuda” pelas mulheres, que permite, além da manutenção do que seriam as necessidades básicas da casa (como a alimentação), o acesso a outros elementos importantes, como roupas, calçados e material escolar (ARLERT, 2016: p. 76)

A utilização do dinheiro recebido através do programa é entendida pelas quebradeiras como uma forma de ter aquela renda fixa todo mês, sendo este garantido, já que o dinheiro da quebra do coco é inconstante, um dia pode quebrar mais, outro dia menos. As quebradeiras em sua maioria utilizam o benefício na aquisição de alguns bens e alimentos. A renda acessada a partir da participação no programa Bolsa Família⁷, grande parte ingressa no orçamento familiar como uma contribuição feminina assim como o dinheiro proveniente da quebra do coco (ARLERT, 2013).

⁶ A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA é uma organização privada sem fins lucrativos de caráter regional, criada e liderada por trabalhadores rurais e extrativistas do coco babaçu, desde 1989. Ver: GAIOSO, Arydimar Vasconcelos. Mobilização e Mediação: análise sobre a formação de uma entidade de assessoria e mobilização em áreas com Projetos de Assentamento – ASSEMA (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas). São Luís: UFMA, 2000.

⁷ Ver **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**, de Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani (São Paulo: Editora Unesp, 2013). Nesse livro, os autores vêm com otimismo os programas de transferência direta de renda que, segundo eles, dão mais autonomia às mulheres que controlam esse recurso.

A seguir nos quadros abaixo se encontram alguns dos programas governamentais e projetos em que as quebradeiras têm acesso, não apenas como um benefício, mas como um direito conquistado por elas através das lutas, que se dão principalmente com o Estado.

Quadro 5: Acesso das quebradeiras de coco aos programas governamentais

PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	ORGÃO RESPONSÁVEL
(PAA)	Programa de Aquisição de Alimentos	MDS/ SISA
(PNAE)	Programa Nacional de Alimentação Escolar	MDA/ MEC
(PRONAF)	Programa Nacional de Agricultura Familiar	MDA
(PGPM-Bio)	Política de Garantia de preços Mínimos – Sociobiodiversidade	GF/MDA/CONAB
(ATER)	Assistência Técnica e Extensão Rural	MDA
(PGPAF)	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar	MDA

Fonte: Elaboração Própria com dados do MIQCB e MDA.

As quebradeiras de coco estão presentes no campo de disputa para ter acesso às políticas públicas relativas ao extrativismo do babaçu e concorrem entre si pelo acesso aos programas governamentais como os citados no quadro acima: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, e outros.

Na relação que se estabelece com o Estado para se inserirem como beneficiárias dos programas governamentais, as quebradeiras alteram o modo de se organizarem e assumem uma identidade política, pois lutam por direitos, dessa maneira ampliam-se as formas organizativas formais perante a burocracia estatal (ARAUJO, 2015).

O acesso a essas políticas públicas traz a essas mulheres algumas melhorias em suas condições de vida, as empoderam, pois ao reivindicar seus direitos, se inserem em articulações políticas, adquirem uma autonomia econômica, conseguindo em alguns casos superar desigualdades de gênero presente no campo, tornando-as confiantes e autônomas,

garantindo a afirmação da sua identidade de quebradeira de coco babaçu, pois é através da sua identidade que acessam aos programas governamentais.

A PGPM – Bio é utilizada na venda do babaçu, as quebradeiras se cadastram nessa política do governo federal e recebem o benefício com base na venda do produto. Funciona com um preço mínimo fixado na venda do kg do babaçu, o valor consta numa tabela disponível pela Conab, o atual preço do babaçu é R\$ 2,49 na região Norte e Nordeste.

Através da venda do kg do babaçu, o governo completa com o restante do preço para que o valor mínimo seja alcançado, por exemplo, se as quebradeiras vendem 1 kg de babaçu por R\$ 1,00 o governo poderá completar com a subvenção no valor R\$ 1,49 a diferença do preço entre o valor da venda do babaçu e preço mínimo. Dessa forma as quebradeiras são beneficiadas com a garantia dessa renda entre uma safra e outra.

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER é desenvolvido através de um apoio técnico que dá o suporte necessário para o atendimento adequado às agricultoras familiares e camponesas, conta com técnicos em diversas áreas como: técnico em Zootecnia, em Ciências Sociais, em Agronomia e outras áreas afins, com o intuito de promover melhorias na produção dos pequenos agricultores e além da ajuda necessária para preservar a biodiversidade.

Presente nos critérios de participação do programa está às classificações estabelecidas de quem pode participar, sendo estes: agricultores familiares, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, portanto só podem ter o benefício de tais programas quem esteja enquadrado nessas denominações.

Numa entrevista feita em São Luís na sede do MIQCB, assessora e uma das coordenadora da instituição Carolina Magalhães, relatou que as quebradeiras de coco que estão ligadas ao movimento já tiveram o contato com esse programa governamental por volta do ano de 2008⁸, porém devido a complicações em algumas modificações no programa, as quebradeiras deixaram de acessá-lo através do MIQCB.

⁸ Sobre a participação do MIQCB no Programa Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) ver ARAUJO (2013)

Quadro 6: Acesso das quebradeiras de coco aos projetos sociais

PROJETO	DESCRIÇÃO	PATROCINADOR/ FINANCIADOR
Projeto PINDOVA	(Projeto gente nova na vida dos babaçuais). Promover a geração de renda das quebradeiras de coco babaçu e de oportunidades de trabalho para os jovens de suas comunidades nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins.	PETROBRÁS
Projeto Quebra Coco	O Projeto Quebra Coco envolve as mulheres quebradeiras de coco em um pólo de processamento localizado na unidade piloto no povoado de Olho D'água das Guaribas no Maranhão que produz vários produtos advindos do coco, como óleo, sabonete e carvão, que também são comercializados, esse projeto foi criado no município de Itapecuru.	Ações de Apoio ao Extrativismo e Preservação dos Babaçuais
Projeto habitacional para as quebradeiras de coco do Norte do TO	O projeto foi coordenado pela Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano. Ao todo serão 50 casas, construídas com recursos dos governos federal e estadual para as quebradeiras de coco do Norte do Tocantins.	Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano

Fonte: Elaboração Própria com dados do MIQCB e MDA.

O quadro acima foi construído para exemplificar alguns projetos em que as quebradeiras puderam acessar, com o intuito de relacionar tais projetos como uma das formas de aplicar as políticas públicas na sociedade. E ainda alguns projetos são financiados através de fundos públicos voltados ao desenvolvimento rural envolvendo programas governamentais e projetos relacionados.

O Projeto PINDOVA que tem como patrocinador uma empresa estatal, a PETROBRÁS, é um projeto construído pelo MIQCB, elaborado em parceria com o NCADR – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará.

O Projeto tem como lema “gente nova na vida dos babaçuais” e tem intenção de promover a geração de renda das quebradeiras de coco babaçu e oportunidades de trabalho para os jovens de suas comunidades, nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. Além

da parte produtiva, o projeto realiza debates e rodas de conversas que tratam sobre as questões de conflitos que as quebradeiras de coco enfrentam.

A relação com a terra, suas lutas e sua história, ou seja, fazem dessas reuniões uma maneira de mostrar aos jovens a importância da prática social das quebradeiras de coco, assim como contribui na autoestima e empoderamento dos jovens das comunidades rurais, buscando manter a memória da sua comunidade e o acionamento de uma identidade (MIQCB, 2016).

As ações de Apoio ao Extrativismo e Preservação dos Babaçuais foram criadas pela Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, desde 2002, para dar suporte ao aproveitamento integral e à racionalização do sistema produtivo nas comunidades rurais organizadas e nos assentamentos rurais da reforma agrária, onde o coco babaçu representa importante fonte de renda para as famílias. Oferece apoio aos projetos que envolvem as quebradeiras e o aproveitamento do coco, por exemplo, o Projeto Quebra Coco faz parte e recebe financiamento do Programa de Apoio ao Extrativismo e Preservação dos Babaçuais.

O Projeto Quebra Coco, iniciado em 2005, conta com um pólo de processamento do coco babaçu localizado em Itapecuru-mirim e a unidade piloto encontra-se no povoado de Olho D'água das Guaribas no Maranhão, com cinco unidades satélites e uma unidade central para processar e comercializar óleo, sabonete, mesocarpo e carvão. O foco desse projeto é o processamento integral dos frutos, aumentando a eficiência da exploração através da quebra mecânica do coco, com o envolvimento das mulheres quebradeiras em todas as fases do beneficiamento. Na época o projeto foi desenvolvido pela Superintendência da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural.

O Projeto Habitacional para as quebradeiras de coco do Norte do Tocantins é coordenado pela Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano. Ao todo foram 50 casas construídas, com recursos do governo federal e estadual. Para cada moradia foram destinados R\$ 5 mil do governo estadual através do programa 'Cheque Moradia' e R\$ 6 mil do governo federal, por meio do PSH - Programa de Subsídio à Habitação.

Conforme informações que consta no site do governo do Tocantins, os responsáveis pelo Programa afirmaram que para manter os costumes e respeitar a cultura das

quebradeiras foi feito um levantamento social, por técnicos da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, para que as casas fossem construídas de acordo com a realidade das quebradeiras, na preservação de que seu modo de vida específico não sofra qualquer impacto (DALATAN, 2007).

4.2 Quebradeiras de coco babaçu do Assentamento de Vila Diamante: Uma forma de organização econômica e social a partir da economia do babaçu

No município de Igarapé do Meio existe um grupo de quebradeiras de coco babaçu, assentadas do P.A. Vila Diamante, que se organizam através da Associação de Mulheres Camponesas Quebradeiras de Coco de Vila Diamante, fundada em 2007, com auxílio do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A casa onde funciona a associação também é a usina, foi doada por algumas entidades de outros países, como os Estados Unidos, conforme as mesmas nos relataram na conversa.

A associação foi criada em 2007, começamos a reunião em 2005, mas ela foi mesmo fundada em 2007, dia 28 de setembro de 2007. Olha foi uma coisa, que foi pelo MST, pois em 2005 o Elias veio aqui procurar nós, que ele tinha um projeto pra nós, só se nós não aceitasse esse projeto ia pra Nova Morada, aí eles começaram a vir direto e no começo de 2006 eles calmaram com essa conversa, aí a gente pensou que eles tinham vindo enrolar nós, pensávamos que isso nunca ia sair, quando foi no final de 2006 eles começaram a vir de novo e dizendo pra nós, o projeto vem, o projeto foi aprovado. Esse projeto foi de umas entidades que tinha o apoio aí de outros países e eles falaram que esse pessoal ia doar pra nós um maquinário de trabalhar com o coco, só que a gente nunca acreditava, um projeto que a gente faz dar um trabalho e esse pessoal vai doar uma usina de coco pra nós, a gente pensava assim. Quando foi no começo de 2007, aí eles vieram já pra fazer a compra dos maquinários, falaram pra gente que as máquinas veio tudo do Piauí, aí eles vieram logo compraram e construíram a casa que tem aqui a usina. Mas a gente não sabe explicar nem quanto custou, nem de onde veio, só sabe que foi uma doação. (D. Maria de Fátima, quebradeira de coco e coordenadora da associação. Entrevista concedida em 2016).

Podemos notar que através da associação, as mulheres estabelecem suas formas de produção e comercialização, ao todo existem 22 mulheres associadas. Elas se organizam para ir juntar o coco, levar para a associação, local onde fazem a quebra e depois executam os procedimentos com as máquinas como: torrar, tirar aceite, produzir a ração e assim comercializar esses produtos.

São vendidos de duas maneiras, a primeira e principal é a comercialização na beira da estrada, onde as mesmas montam uma barraca e assim vendem o mesocarpo e o

azeite, outra forma é a comercialização através das feiras em que as mulheres participam, colocando os produtos do babaçu, conforme a fala de D. Nazaré.

Eu faço parte aqui da associação das quebradeiras de coco. Por enquanto em tô feliz até eu venho quebrando meus coquinhos, juntando, quebrando, tirando o azeite, e por enquanto eu tô aqui na luta mais minhas companheiras né?! Nós entra aqui segunda feira, sai sábado de tarde, passo o dia aqui todinho quebrando o coco, tirando o azeite, botando ali na beira da estrada vendendo, tem vez que nós vamos fazer feira lá em Arari, vai em Vitória, vai no Igarapé do Meio mesmo, já fomos pra São Paulo fazer feira, pra Brasília também... Nós somos 22 mulheres associadas, aí a gente faz assim o ganho da nossa produção é individual, mas cada uma tem o direito de deixar dois litros de azeite pra casa, porque aí se quebrar uma peça das máquinas nós paga e tem dinheiro pra mandar consertar. A gente vende os produtos é aqui na frente da associação, bem ali na beira da estrada, o que a gente põe lá é só o azeite mesmo e o mesocarpo (D. Maria Nazaré, quebradeira de coco. Entrevista concedida em 2016).

No início da conversa com as mulheres, elas afirmaram não ter acesso às políticas públicas e aos programas governamentais, porém quando estavam narrando sobre a relação da associação das quebradeiras com o MST e a Associação dos moradores do P.A, Unidos Venceremos, nos afirmaram ter tido o contato com um programa do governo através dessa associação no ano de 2014, no qual forneciam alguns produtos para a merenda escolar, entre esses o azeite e o mesocarpo que serve pra fazer o biscoito, o bolo, o brigadeiro e etc.

O programa teve duração de 10 meses, mas devido a alguns problemas com a burocracia e a falta de interesse da prefeitura, o programa não foi renovado, como pode ser visto no relato de D. Maria de Fátima.

Em 2014 foi feito um projeto com a Conab, feito pras escolas aqui do Igarapé do Meio, aí a gente colocava o mesocarpo do coco, o azeite, o caroço do coco no programa das escolas, o projeto durou 10 meses a gente botava também coco, peixe, carne, verduras e os produtos do coco babaçu, tudo enquanto a gente botava pras escolas, quem tinha mesocarpo botava, quem tinha o azeite botava, mas aí acabou porque era só por 10 meses, terminou já no mandato desse prefeito agora, eles não quiseram renovar e aí foi uma burocracia danada, com os negócios de projetos que não tava sendo aprovado, o prefeito também não se interessou e a pessoa que fez o projeto, a associação daqui do assentamento não se importou mais, a Associação Unidos Venceremos. No projeto ainda teve um problema de pagar as meninas que ficavam fazendo a distribuição, com muita luta se pagou tudo. O projeto foi assim, um rapaz da Conab lá de São Luís veio pra cá e conversou com a primeira dama e chamou as associações pra fazer, mas a única associação que tava em dia só era a Unidos Venceremos essa, aí eles se interessaram e fizeram e um rapaz de São Luís elaborou o projeto e foi aprovado e assim ajudou nós e as escolas por aqui (D. Maria de Fátima, quebradeira de coco e coordenadora da associação. Entrevista concedida em 2016).

Portanto, essa foi única experiência das quebradeiras de coco de Vila Diamante com os programas governamentais e percebo ainda que houve uma interrupção por conta da burocratização e dificuldades ao acesso, na fala acima nota-se que houve uma quebra de expectativa das mulheres com os programas governamentais, pois existiu uma falta de compromisso da prefeitura com o repasse dos pagamentos e houve a falta de interesse na publicação de uma nova chamada pública pela prefeitura para que as associações pudessem acessar os programas.

As quebradeiras afirmaram ter acessado o “programa da merenda escolar”, porém não souberam descrever o nome oficial do programa. Elas forneciam bolo e biscoito feitos do mesocarpo e ainda alguns produtos da agricultura familiar, como o peixe, as verduras e as hortaliças. Conforme os relatos o órgão responsável pelo programa era a Conab.

Portanto, refletindo sobre as possibilidades de qual programa elas tinham acessado, identifico que pode ter sido o PNAE, que é popularmente conhecido por “programa da merenda escolar”, no entanto, os órgãos responsáveis por esse programa é o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário juntamente com o MEC – Ministério da Educação.

Já que as quebradeiras informaram terem oferecido alguns produtos advindos do coco babaçu e da agricultura familiar, há também a probabilidade de terem acessado o PAA, já que este programa tem como objetivo direcionar alimentos da agricultura familiar às pessoas e instituições em situação de insegurança alimentar e o órgão que o administra é a Conab, coincidindo com a informação das agentes sociais.

As quebradeiras de coco vivem na Região Ecológica do babaçu, mas em cada grupo e em cada região se estabelece uma forma de organização, que é resultado das relações sociais e dos conflitos que emergem naquela localidade, portanto, cada grupo tem suas estratégias de luta e resistência para continuar praticando a coleta e a quebra do coco babaçu (NOVAES, 2016).

A organização das quebradeiras de Vila Diamante se estabelece da forma explicitada acima, na qual as mesmas atualmente não acessam os programas governamentais. Estão inseridas em outra lógica da economia do babaçu, produzem seus produtos na usina da associação, fazem o aproveitamento total do coco e vendem na estrada, existindo assim um distanciamento com a burocratização, pois as mesmas afirmaram ter algumas mulheres que não aceitam a relação com os bancos.

Dentro da nossa associação existem os conflitos internos entre as 22 mulheres, umas querem guardar o dinheiro adquirido dos produtos da associação no banco e outras não aceitam, porque aí vai ter que mexer com outras coisas, vai ter a burocracia também. (D. Maria Nazaré, quebradeira de coco, entrevista concedida em 2016).

Portanto, notamos uma negação a essa outra lógica, que seria do capital, da burocratização, exemplificada por elas através da relação com o banco. As suas organizações sociais que envolvem a coleta, a quebra e a comercialização do coco não fazem com que as mesmas sintam a necessidade e/ou o interesse em se inserirem em outra forma organizativa, que afetaria a estrutura coletiva do grupo, pois as suas formas de fazer, de produzir e de vender os produtos retirados do coco babaçu lhes permitem a manutenção das suas atividades e, portanto, a satisfação em continuar sendo quebradeira de coco babaçu.

Imagem 4: Visita a Associação de Mulheres Camponesas Quebradeiras de coco do P.A. de Vila Diamantina



Fonte: Arquivo pessoal.

4.3 Regional da Baixada – quebradeiras dos municípios de Viana e Matinha: Relatos dos obstáculos pra acessar ao PAA, PNAE e PGPM-Bio

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA surgiu dentro dos eixos articuladores do programa Fome Zero, que são: o acesso à alimentação; geração de renda; articulação, mobilização e controle social e o fortalecimento da agricultura familiar. A partir dessa concepção cria-se o PAA, instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, o PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, tendo duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (CONAB, 2016).

A operacionalização dos objetivos citados acima é realizada através da compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar e o programa destina as aquisições dos produtos, as pessoas consideradas em situação de insegurança alimentar e nutricional e aquelas atendidas pela rede socioassistencial.

O PAA tem como finalidade também contribuir para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Para alcançar os propósitos descritos pelo programa, o PAA atua em seis modalidades: Compra Direta, Compra com Doação Simultânea – CDS, Apoio à Formação de Estoques, PAA-Leite (Apoio à Produção para o Consumo do Leite), Compra Institucional e Aquisição de Sementes.

Os órgãos que contribuem para a execução do PAA, nos regulamentos e exigências, formam o Grupo Gestor – GGPAA, que é composto por representantes dos ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Ministério da Educação. Enquanto a operacionalização das ações fica a cargo do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento.

As quebradeiras de coco babaçu articuladas ao MIQCB, da Regional da Baixada dos dois municípios, participam do Programa através da modalidade Compra com Doação Simultânea, na qual funciona de duas maneiras: Através da cooperativa ou associação é feita a venda da produção para o Governo, via Conab. A segunda forma é realizada a venda dos

produtos para o Governo, por Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP individual, neste caso via BNDES. As quebradeiras de Viana acessam da segunda forma, conforme D. Rosa:

A modalidade em que nós acessa é a Doação Simultânea e nós não acessamos ainda o da Conab, ainda é com o BNDES, porque a Conab é pela associação ou pela cooperativa, que a gente até ia fazer pela cooperativa, mas ainda não conseguimos. E esse que a gente acessa é individual é pelo BNDES. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Os alimentos adquiridos pelo Governo são distribuídos diretamente em redes públicas de alimentação e nutrição, sendo: restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, ou em rede socioassistencial, como asilos e abrigos, podendo ser governamentais ou não, que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O PAA tem uma forma de distribuição dessa produção que a gente entrega, a Secretaria de assistencial social tem através do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, eles cadastram as famílias carentes da periferia, porque tem muita lá em Viana, aí eles pegam toda essa produção, faz a cesta e vão distribuir de acordo com a realidade de cada família, mas eles distribuem e a gente também verifica pra ver se eles estão distribuindo ou se eles estão fazendo outra coisa com a nossa produção, porque a gente tá fazendo isso também é pro povo. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Para acessar os programas, as pessoas que tem o interesse, tem que obrigatoriamente se enquadrar nas atribuições conferidas pelo na Lei nº 10.698, de 2 de junho de 2003 e no decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 que institui as normas do programa de Aquisição de Alimentos – PAA e determina os critérios de participação. A Resolução nº 59, de 10 de julho de 2013 estabelece as regras para a modalidade de Compra com Doação Simultânea, no âmbito do PAA.

A partir destes documentos, analiso as exigências e como através dessas surgem às dificuldades em acessar os programas governamentais, compreendendo que as determinações regulamentadas nas Leis, nos Decretos e resoluções fogem a lógica que as agentes sociais do campo convivem, tendo que padronizarem-se para ter acesso às políticas públicas.

Na Resolução nº 59, de 10 de julho de 2013, no art. 6º determina as condições necessárias para que os produtos sejam aceitos pelo programa, os produtos adquiridos passam por uma vistoria da vigilância sanitária, assim como o local de produção. Como nota-se: Art.

6º - “Na aquisição dos alimentos devem ser observados os normativos de controle sanitário e de qualidade expedidos pelos órgãos responsáveis”.

Em Viana não consegui identificar um número de quantas quebradeiras estariam acessando o PAA, mas em Matinha, na comunidade que conversei com as mulheres, no Quilombo Mó São Caetano, elas se organizam em um grupo de produção de azeite e das que participam do grupo, sete foram cadastradas em 2016 para acessarem o PAA e fazer o repasse da produção que está previsto para 2017.

No PAA agora vamos acessar com sete mulheres, aí eles já vieram olhar, aí não sei se vai ser só galinha, porque disseram que o quintal também dá pra criar galinha, aí a gente não sabe o que vai ser, eu não sei se é horta também, mas pode ser. (Dona Antônia, quebradeira de coco babaçu e quilombola do quilombo Mó São Caetano. Entrevista concedida em 2016).

Imagem 5: Visita a Unidade Produtiva de Azeite do Quilombo Mó São Caetano - Matinha



Fonte: Arquivo pessoal.

A partir dos relatos das quebradeiras e das leituras realizadas do PAA, percebi que os critérios geram muitos impactos nas relações sociais do grupo, na forma organizativa e, principalmente, no modo de produção das mesmas, afetando assim a sua cultura e o seu modo

de vida. D. Rosa cita alguns impactos que a vigilância sanitária emergiu na relação das quebradeiras.

Ah porque tem que adequar lugar por causa da vigilância sanitária. A gente fez uma casa, a primeira casa do nosso grupo era de palha, que era do jeito das nossas casas também, e a gente se sentia muito bem. Mas aí tem que fazer uma casa melhor, uma casa de alvenaria, aí a gente queria a casa de alvenaria, tá tudo bom até quando a casa de alvenaria tava no chão batido, só no cimento varrido, tava bom, aí a gente teve que botar lajota, botar um piso pra ficar no padrão de uma unidade de produção, aí no dia que a gente botou a lajota na casa, aí começou a ter problema com algumas mulheres, por que elas não aceitaram, elas começaram a dizer pra gente que elas não queriam aquilo, por que aí a gente começou a ficar chata, aí começou a dizer: “deixa a chinela ali”, “passa pano aqui”, “não derrama água aqui”, “não pode cair uma gotinha de azeite no chão”, aí a gente viu o tanto que a reação foi de imediata, elas falavam “ah eu vou largar isso, porque eu não aguento essa frescura, eu não gosto disso”. Isso quer dizer que é uma questão de higiene, mas não é da nossa cultura, a reação delas foi cultural e de pertencimento e que aquele mundo que nós estávamos levando o grupo não era mais delas. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Notamos, portanto que a inserção das mulheres nos programas governamentais alterou a forma como elas se organizavam dentro do grupo, e que devido à demanda exigida pelo programa afetou a forma de produção, não era apenas o não aceitar a “higiene” e sim não compreender e resistir à lógica do capital, que as inseriam em outro mundo, diferente do que elas estavam habituadas.

Em Matinha, quando a unidade produtiva da comunidade de Bom Jesus estava em construção, a vigilância sanitária queria exigir outra forma de quebrar o coco que não mais no chão, no entanto, as quebradeiras explicaram que na máquina não presta pois quebra o coco e que no chão com piso, conforme a ideia dos técnicos da vigilância, não teria condições pois quebra a cerâmica, assim com muita luta eles acabaram desistindo desse critério.

De começo queriam dar um jeito da gente quebrar em outro lugar, mas no piso não presta que quebra, tem que ser mesmo na poeira. Lá unidade nós não vamos quebrar, só vamos fazer, produzir, fazer o azeite, a quebra vai ser mesmo do jeito que é hoje, ah eles da vigilância sanitária falaram, mas depois eles voltaram, porque viram que não tem outro jeito, tem que ser mesmo no chão assim, do chão não teve opção nenhum, eles fizeram tudo pra tirar, mas depois viu que não dava. (Dona Antônia, quebradeira de coco babaçu e quilombola do quilombo Mó São Caetano. Entrevista concedida em 2016).

As regras estabelecidas nos programas não só afetam as dificuldades em acessá-los, ou a exclusão de participar, mas gera efeitos nos processos políticos, sociais e organizativos das quebradeiras de coco babaçu.

Assim como no PAA, para acessar o PNAE existe um quadro estabelecido pela gestão do programa, definindo algumas exigências que estão contidas na Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Portanto, refleti sobre a intenção referida nesses dispositivos jurídicos, nos quais geram impactos na ordem social das comunidades tradicionais.

No parágrafo 2, a resolução citada explicita duas condições que poderão dispensar a aquisição dos alimentos, argumentando que os mesmos devem atender às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam o programa. A saber, as três condições estão contidas nos incisos II e III, a seguir:

II – inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios;

III – Condições higiênico-sanitárias inadequadas, isto é, que esteja, em desacordo com o dispositivo no art. 25. (Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009)

Os incisos I e II trazem exigências que enquadram essas mulheres, numa lógica das sociedades ocidentais, nas quais tem um tempo fixo de trabalho e ver a função das quebradeiras de coco babaçu apenas como um emprego, mas para essas mulheres a coleta e a quebra do coco é mais que uma função econômica, são práticas sociais, envolve a sua cultura, o cuidado com a terra e os conhecimentos passados de gerações.

Para D. Rosa o contato com os programas exige a necessidade em fornecer regularmente os alimentos, tal fator afeta suas organizações e sua autonomia no trabalho, pois quando elas não têm que suprir uma demanda exigida pelos programas, vão aos babaçuais o dia e a hora que querem para coletar o coco.

Mas a partir do momento em que se inserem nos programas, elas assumem um compromisso, tendo uma demanda X para entregar, dessa forma alterando nas suas relações com a economia do babaçu, porque se inserem na lógica do capital, tendo a obrigação de ir coletar e quebrar o coco, pois tem um a data para vender os produtos e uma quantidade para entregar.

Eu tiro o mesocarpo no dia que eu quero, quebro na hora que eu quero, mas na medida que a gente faz um compromisso, eu tenho que tirar mesocarpo, independente de qualquer coisa por que eu quero vender, por que eu quero o dinheiro e assim é que começa entrar o capital nas nossas cabeças, como eu disse nas nossas vidas mesmo. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

O inciso II está relacionado às mesmas dificuldades apresentadas através das exigências higiênico-sanitárias expostas no PAA, onde altera a forma de produção das mesmas, impactando suas relações sociais dentro do grupo.

O artigo 22 da mesma resolução determina outro critério para o acesso ao PNAE, a exigência de alguns documentos necessários e dentre esses o DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF. Esse documento garante que os fornecedores sejam agricultores familiares e enquadrados no PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Mas conforme as observações feitas na audiência com a Conab⁹, sobre alguns programas governamentais e políticas públicas, através das falas das quebradeiras, a realidade de algumas trabalhadoras do campo é que elas não têm alguns documentos, como: a carteira de identidade, portanto, não são detentoras do DAP, que as exclui ou no mínimo dificulta sua inserção nos programas governamentais ou quando possui, em caso, estão vencidos.

Ainda no art. 22, o parágrafo 1º afirma que os grupos informais são “responsáveis pela elaboração do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura familiar para a Alimentação Escolar”, no entanto, os grupos que não tem uma assessoria técnica ou o suporte de uma ONG ou uma instituição ficam desorientados quanto à elaboração de um projeto, atrapalhando o acesso aos programas, pois torna-se longe de suas realidades e conhecimentos.

Além das dificuldades que estão descritas, na maioria dos casos pelas exigências e determinações dos dispositivos jurídicos, existe ainda os empecilhos na operacionalização dos programas, os quais trazem efeitos negativos à organização das quebradeiras de coco babaçu. D. Rosa menciona um problema que a unidade produtiva de Viana enfrentou em 2013 ao acessar o PNAE, na qual a prefeitura não recebeu toda a produção do grupo.

Em 2013 a gente começou a acessar o PNAE com o mesocarpo. E aí vem os problemas, esse ano conseguimos fazer uma proposta e eles não receberam toda a produção, a gente entregou uma pequena quantia, a gente entregou menos da metade da nossa proposta, parece que foi 90 e poucos kg, era pra

⁹ Audiência pública na Conab ocorreu dia 28 de julho de 2016.

ter entregue mais, mas eles não receberam e a gente perdeu, só não perdeu o mesocarpo por que a gente conseguiu vender nessas feiras que a gente vai, da agricultura familiar, conseguimos vender, mas a gente quase que perdeu a produção, por que nós produzimos pra entregar naquela demanda que fizemos na proposta e a prefeitura não recebeu, a proposta foi aceita tudo direitinho, mas na hora de entregar, o secretario não recebeu por diz que não tinha leite, que a gente tinha oferecido mesocarpo e não tinha oferecido leite, mas nós somos é quebradeiras de coco, não somos vacas, não temos fazenda, nós temos é mesocarpo, leite vocês tinham que arrumar de outro jeito. Pedimos audiência com o prefeito, aí ele ficou xeretando lá a gente pra não ir pro Ministério Público, que ele ia ajeitar pra gente ficar na próxima demanda e nós também não queríamos pegar uma briga com eles, por que se não a gente não ia vender no ano seguinte, essa era a nossa preocupação, então decidimos deixar pra lá, a gente tava só começando, mas a raiva era grande. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Ocorreu outra dificuldade no ano de 2014, devido o atraso na publicação da chamada pública, a produção das quebradeiras de coco de Viana não atingiu a quantidade estabelecida no projeto apresentado, por conta do atraso da prefeitura em receber os alimentos. Com isso elas poderiam ter perdido a produção pela recusa da prefeitura em receber os alimentos, alegando não ter mais para quem oferecer os produtos, já que em dezembro as escolas já estão encerrando suas atividades.

Em 2014 a gente vendeu uma quantia maior, também não conseguimos entregar, mas faltou bem pouco, essa também já fomos nós que não conseguimos produzir, por que a chamada deles sempre saiu muito tarde, em cima da hora, aí eles nem tinha mais pra que receber, por que fechava as aulas e eles não tinham mais pra onde mandar os produtos, então no fundo a enrolação é deles mesmo. A chamada pública tem a demanda que o município precisa e aí a gente faz o nosso projeto de acordo com a nossa capacidade, só que todas as demandas nós era capaz, mas acontece que eles fazem a demanda agora e vai receber só em novembro, dezembro, no finalzinho do ano, claro que não tem mais pra quem distribuir, as escolas já estão ficando de férias. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Em 2015 o problema teve consequências ainda maiores, fazendo com que as quebradeiras de coco de Viana ficassem sem participar do PNAE. Devido um erro de digitação da prefeitura na chamada pública, o valor do quilo do babaçu estabelecido era inferior ao preço de venda, sendo assim o projeto das quebradeiras estava incompatível com o valor da chamada. O erro não foi solucionado e as mulheres ficaram um ano sem fornecer a produção do mesocarpo para a merenda escolar no município de Viana, mas como havia muita produção tentaram colocar os produtos através da chamada pública do município de Pedro do Rosário para que não perdessem a produção.

Em 2015 nós não conseguimos acessar por que nós já vendíamos em 2013, 2014 a 12,00 reais o kg, quando foi em 2015 no edital da chamada pública eles colocaram no valor de 3,50 o kg e o edital foi publicado, aí como que a gente ia elaborar o nosso projeto e a gente ia passar, o nosso projeto pode tá até pra menos, mas pra mais do valor da chamada não pode, por que a gente ia concorrer, mas eles não iam aceitar por que o preço não é esse, aí eles falaram que tinha sido um erro de digitação, mas esse erro foi publicado e então quando a gente fosse pro processo de seleção ia ter uma contradição muito grande, acabo que a gente se chateou e eles não fizeram uma nova chamada e não regularizaram a chamada. Aí esse ano a gente não conseguiu acessar com Viana e aí fomos acessar com Pedro do Rosário, nós ainda conseguimos vender quase mil kg, embora também numa última chamada no final do ano, mas a gente conseguiu. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Em Matinha atualmente as agentes sociais não estão acessando o PNAE, devido à prefeitura não ter lançado a chamada pública para receber o repasse dos produtos advindos da agricultura familiar, dessa forma nenhuma delas estão sendo beneficiadas pelo programa diretamente através dos cadastros, mas as mulheres repassam seus produtos junto com a produção da Unidade de Itaquaritiua em Viana.

O PNAE aqui nós não acessa, pelo menos não com as mulheres cadastradas, nunca mais conseguimos entregar no PNAE, aqui no município de Matinha, o município, o prefeito não liga pra gente, mas a gente entrega produção junta, quando elas pedem de Itaquaritiua pra gente ir completar o delas, da unidade produtiva de lá. Ah nós já tentamos muito com o MIQCB, falou pra colocar pro município o programa, já fui lá no colégio fazer o mingau de fubá pra mostrar, eles gostaram, quem bebeu gostou muito, mas vamo ver, até agora ainda não teve, mas talvez. (Dona Glória, quebradeira de coco babaçu e quilombola do quilombo Mó São Caetano. Entrevista concedida em 2016).

É possível identificar as dificuldades enfrentadas pelas quebradeiras para acessar o PAA e o PNAE, os grupos têm encontrado muitos empecilhos na constituição e na efetividade desses programas, com as exigências, as classificações e enquadramentos em que os programas estabelecem para o acesso, quanto aos problemas na execução dos programas, gerando uma série de impactos as agentes sociais que estão envolvidas nessa relação com os programas, como citado acima.

A PGPM-Bio – Política de Garantia do Preço Mínimo para a Sociobiodiversidade é uma política de subvenção, ou seja, garante ao extrativista a subvenção direta de um bônus, quando por exemplo, a quebradeira de coco babaçu comprova a venda do produto extrativo por preço inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal, já explícito no trabalho.

A PGPM-Bio garante o preço mínimo para mais de 15 produtos extrativos, como: babaçu, juçara, pique, macaúba, mangaba, andiroba e outros. São denominados também produtos da sociobiodiversidade, pois a forma como são coletados contribuem para a conservação do meio ambiente, através da preservação e cuidados com as florestas, com a terra, ajudando na diminuição dos desmatamentos.

Entre os objetivos dessa política pública está a proteção ao meio ambiente, favorecendo a redução das queimadas e dos desmatamentos, minimizando os efeitos das mudanças climáticas e garantido renda as populações que possuem formas próprias de organização social, que ocupam, usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (CONAB. 2016).

O decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966 institui normas para a fixação dos preços mínimos e aquisição dos produtos agropecuários, sem relacionar os produtos extrativistas. A partir da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), por meio do Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007; contribuiu para origem da PGPM – Bio que foi instituída no ano de 2008 com a Lei nº 11.775 de 2008 que admitiu a modalidade de subvenção direta que prevê ao extrativista o recebimento da subvenção quando a venda do seu produto for inferior ao preço mínimo.

Com a publicação da portaria pelo MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, os primeiros preços mínimos para os produtos da sociobiodiversidade (Extrativos), foram estabelecidos na safra 2008/9. Em 2008 a Lei nº 8.427 de 27 de maio de 2008 foi alterada, permitindo o mecanismo de subvenção direta para os produtos extrativos, conforme o (art. 2º), com a seguinte redação:

A equalização de preços consistirá em subvenção, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela política de garantia de preços mínimos, de que trata o Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, equivalente:

IV - no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda de produtos extrativos produzidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, ou por suas cooperativas e associações, limitada às dotações orçamentárias e aos critérios definidos em regulamento.

(Lei nº 8.427 de 27 de maio de 2008)

As quebradeiras de coco da Regional da Baixada, da associação de Viana acessam a PGPM-Bio desde 2011, começaram a acessar para experimentar com o intuito de testar se iria dar certo, tendo o primeiro contato com a política de subvenção, o grupo se sentiu satisfeito com os benefícios e desde então continuaram a realizar os cadastros das quebradeiras e o número de subvenção aumentou e assim surgiram alguns problemas.

Nós começamos a fazer isso foi no ano de 2011, com bem pouquinho, oito pessoas lá de Viana, pra experimentar se ia dar certo, aí lá no nosso grupo a gente tinha o controle do coco, tava tudo anotado, por que o nosso coco lá da associação é todo controlado e então foi com esse controle que a gente entrou, somou todo o coco nosso e fez nota e mandou pra Conab e deu certo, e desde aí começamos a fazer mais. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Na regional da baixada o acesso é feito por meio da subvenção direta, na qual a mulher ao ser aprovada e regularizada no cadastro, realiza a entrega dos documentos necessários junto as notas fiscais, que comprovem a venda do coco babaçu e dessa maneira a mesmas recebem o valor da sua subvenção diretamente no banco. Para D. Rosa é a melhor forma de acesso a PGPM-Bio, pois evita as fraudes realizadas, em alguns casos, por atravessadores.

Nós trabalhamos com a subvenção que a mulher recebe direto no banco e nós não recebemos dinheiro de ninguém, por que tem um outro jeito que é através da associação e eles vão e fazem o pagamento de cada mulher, por que aí uma associação recebe todo o dinheiro em uma única nota. Aí essas associações recebe todo o dinheiro das mulheres e vai repassar os dinheiros pra elas e desse jeito acontece fraudes que não tem quem dê conta. Está acontecendo até um caso lá em Dom Pedro, que na audiência com a Conab a gente até ia denunciar, mas por falta de confiança nos funcionários nós nos resguardamos e vamos fazer a denúncia por outro meio. Então, do jeito que a gente faz é muito trabalhoso, mas eu prefiro assim, pra evitar esses tipos de coisas. Como que a gente faz? É assim, a gente faz uma reunião com as mulheres, identifica quem é o comerciante dela, chama o comerciante pra reunião pra sensibilizar ele, pra explicar pra ele por que as vezes eles não entendem, o comerciante tem que anotar tudo sobre a compra do coco de tal mulher, aí nós mesmos elaboramos uma tabela e lá tem o nome de cada quebradeira e cada uma tem sua folha, com o nome, CPF e tudo. O comerciante anota a data que eu vendi o coco, quantos quilos de coco eu vendi e quanto ele me pagou no preço do quilo e fica tudinho lá, isso serve pra nós do MIQCB como um controle e isso vem dado certo, os comerciantes anotam tudo direitinho, elas também vão lá com seus caderninhos. Aí nós do MIQCB vamos lá soma o coco todo, por exemplo, de D. Maria Raimunda e anota, aí isola essa folha lá no comércio e levamos só o resultado do valor, assino na folha pra saber que aquela nota já foi levada, e dessa forma se a fiscalização for lá no comércio, vai comparar com as notas e as anotações do comércio e vai achar lá tudo certinho. Soma o coco dela, levo lá pro escritório, as meninas emitem a nota fiscal, junta com os

documentos e manda pra Conab, pra pagar. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Na fala de D. Rosa, menciona as formas que se pode acessar a PGPM-Bio, e descreve como as mulheres da Regional da Baixada têm conseguido acessar tal política e enfatiza ainda a mediação do MIQCB, em possibilitar a elas, fazer os cadastros e ter o controle da venda do coco

A PGPM-Bio tem alguns fatores que comprometem a forma de organização das quebradeiras de coco, no caso a burocratização ao acesso, dificulta a inserção das mulheres em receber a subvenção. As oscilações nos cadastros exigidos pela Conab é outro problema apresentado por D. Rosa, pois ora se realiza de uma forma, em outro momento, já não é mais do mesmo modo.

Quando tiraram a DAP e ia ficar tudo certo os cadastros delas, estávamos terminando, aí acontece aquela história de que mudou o cadastro, aí não é mais esse, aí a gente ta transcrevendo as informações necessária das mulheres pra o novo cadastro, aí quando tava terminando de transcrever as informações de novo, aí já disseram que não era mais feito assim, pra trazer o papel pra eles. Era pra fazer direto lá no site, um tal de SICAN, e que ainda tem que criar um e-mail pra cada mulher, mas como um e-mail pra cada mulher?! Não é com uma conta só, se fosse com um e-mail só, é trabalhoso ainda, mas a gente fazia. E é isso que a gente ta na luta agora pra resolver esse problema, a gente não vai aceitar isso. E por conta disso tem muitas mulheres que ainda não recebeu a subvenção. Mermã essas mulheres quebraram tanto coco que faz até pena e na hora não recebem a subvenção, é molecagem. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

As normas instituídas pelas Leis e Decretos, já citados, estabelecem critérios de participação, classificando os agentes sociais que podem acessar a política de subvenção. A DAP, por exemplo, é um dos documentos exigidos, já que para participar dessa política a pessoa tem que ser denominado um Agricultor Familiar, porém na maioria dos casos algumas quebradeiras não têm a DAP e/ou estão com documentos vencidos, como a carteira de identidade, dessa forma a excluindo de receber a subvenção. Conforme relata D. Rosa:

A PGPM-Bio a gente conseguiu com o MIQCB mesmo com nós, começamos com Viana, eu não sei dizer exatamente agora quantas mulheres nós conseguimos cadastrar, mas são mais de 2 mil mulheres cadastradas em três municípios, por que só em Penalva tem mais de mil e em Viana também tem muitas, mas a gente não deu conta de ir em todas as comunidades, aí Penalva com a mobilização mais doída de Nice, acabou a gente fazendo um monte de cadastro, mas foi um problema sério por que nem todas as mulheres acessam a política, por que a gente não dá conta, por que um tanto grande de documentos das mulheres. E dessas tantas, algumas mulheres não

receberam. Aí em Penalva aconteceu que botou as mulheres pra fazer o cadastro, mas sem verificar que as mulheres não tinham alguns documentos, por exemplo, a mulher não tinha DAP, não tinha um monte de coisa que tava faltando, documento atrasado, carteira de identidade vencida. Aí então claro ficou um tempo lá providenciando, então foi por isso que selecionou e só algumas acessaram, não foi uma escolha pra mulher tal conseguir acessar, foi as mulheres que os documentos tavam tudo legal eu encaminhei, mas as que estavam com pendências tinha que resolver, então não foi escolha, a escolha foi feita pelas condições, por que aquelas mulheres que estavam com os documentos tudo pronto iam ficar esperando resolver pendências das outras? Não tinha como, não era justo, por que se não nenhuma tinham recebido a subvenção até hoje, então mandamos essas que estavam prontas e pagou. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Além dos problemas já apresentados acima, outra dificuldade enfrentada cotidianamente, se dar por mais um critério da PGPM-Bio, pois as mulheres em que são associadas à colônia de pescadores, não podem ser beneficiadas com a subvenção, a justificativa é que elas já recebem o seguro de pesca, outro benefício de renda para as pessoas que trabalham nessa atividade. Diante disso muitas mulheres de Matinha não puderam mais acessar tal política, diminuindo a quantidade de mulheres cadastradas.

Logo de começo foi tudinho, as mulheres daqui toda entrou na subvenção. Em 2013, 2014 nós não tiramos, parece que foi, até teve um problema com DAP vencida e umas documentação, depois veio que só podia, quem era sócia do sindicato rural pra acessar, ai foi eliminado, ficou bem pouco, porque aqui nós somos pouco. Aí daqui da unidade sete mulheres ainda tão acessando a subvenção, tem o problema que as outras não acessam também por que são da colônia, aí eles não aceitam. (Dona Glória, quebradeira de coco babaçu e quilombola do quilombo Mó São Caetano. Entrevista concedida em 2016).

Os problemas apresentados neste tópico comprometem a organização e as mobilizações políticas tanto das quebradeiras nos seus grupos de produção, nas associações, quanto atinge o MIQCB, que atua no fortalecimento das quebradeiras de coco e das suas lutas, na fala de D. Rosa percebemos que o papel em que o movimento está assumindo é maior que os seus compromissos, se envolvendo, por exemplo, na execução das políticas públicas, que é função do Estado.

Nós do MIQCB pra poder a mulheres acessar as políticas estamos fazendo o papel de articulador político, estamos tendo que fazer o papel do Estado de executar as políticas públicas, se a gente quiser que as mulheres acessem, nós temos que fazer isso, de ir nas comunidades falar sobre a política, fazer os cadastros, por que não é cada mulher individualmente que faz não, é muita coisa, elas não sabem, tem que ter uma pessoa que faça, mas agora são muitas mulheres. Aí quer dizer o tempo que a gente devia ta avançando na discussão política do movimento, nas capacitações, formações das mulheres

pra poder elas acessar isso, nós somos obrigadas a fazer com que de tudo elas não percam, somos obrigadas a tirar parte do nosso tempo pra fazer que elas acessem, quer dizer estamos tendo que fazer o nosso papel e o papel do Estado, isso por que a gente tem Movimento das Quebradeiras por que se não tivesse tava pior. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

A fala de D. Rosa mostra o envolvimento do MIQCB em auxiliar as quebradeiras na garantia do acesso às políticas públicas, e, no entanto, aquelas quebradeiras que vivem e se reproduzem em uma região que o movimento não atua, ficam desamparadas, e por vezes não acessam aos programas governamentais.

D. Antônia, mostra no seu relato que a mediação do MIQCB não somente possibilita o acesso as políticas públicas, mas também facilita essa relação entre elas e as exigências estabelecidas pelos programas.

Pra mim, eu não acho difícil, tu ta vendo, a gente entrega pro MIQCB, aí o trabalho mais é lá pro MIQCB, o trabalho todinho é pro MIQCB, nós quando chega já ta tudo pronto, as meninas que tão lá no escritório ficam com a parte do papel, da documentação que é o que complica, mas pra mim aqui é bom, porque é pela quantia do coco, e aí se eu quebrar eu tenho, se eu não quebrar eu não tenho, o dinheiro da subvenção ta vendo? E assim eu não acho difícil. (Dona Antônia, quebradeira de coco babaçu e quilombola do quilombo Mó São Caetano. Entrevista concedida em 2016).

Ainda nas falas observei que as mulheres chamavam atenção ao interesse dos governantes, principalmente do município, já que é a prefeitura que fica responsável por lançar os editais nas chamadas públicas informando abertura e o calendário do repasse para o PAA ou o PNAE, em relação a isso D. Antônia deixa claro que eles não se envolvem, desfavorecendo assim a luta das quebradeiras de coco.

Olha, as políticas públicas do município não, nós não tem nada de ajuda de município, isso aqui eu digo pra qualquer um político, nós não tem, a hora que chega no município nós coisa tudo por fora, quando chega no município morre, nunca teve um prefeito pra dar uma ajuda pra nós, nunca, nós faz tudo por fora, essa unidade que to, quem deu pra nós foi um parceiro nosso, de fora do Brasil com os projetos junto com o MIQCB. (Dona Antônia, quebradeira de coco babaçu e quilombola do quilombo Mó São Caetano. Entrevista concedida em 2016).

No entanto o MIQCB torna-se minúsculo comparado à quantidade de quebradeiras e regiões em que as mesmas estão vivendo da quebra do coco, por falta de estrutura, o movimento não consegue trabalhar com todas as regiões, e as mulheres que não estão articuladas ao mesmo, ficam sujeitas as práticas dos atravessadores, que se configura

outro problema dentro das políticas, pois tem casos que os atravessadores cadastram as quebradeiras na PGPM-Bio e ganham valores em cima da produção das mesmas, através do valor adquirido na subvenção. Como se observa na fala:

As mulheres que não estão no Movimento, a gente descobre que elas são exploradas por atravessadores, por que eles criam associações, as vezes até trazendo o nome das quebradeiras de coco, aí elas têm que pagar taxas caríssimas pra eles ficarem cuidando das políticas, essas taxas não são tipo um salário pra elas, é pra explorar mesmo. Por que se fosse as próprias quebradeiras mesmo que formassem a associação e lá elas estabelecessem um valor pra cada mulher contribuir, que fizessem as prestações de conta tudo certinha com as mulheres, e dissesse esse tanto a gente vai pagar de salário pra um funcionário e que a gestão fosse feita por elas, então paga um salário pra um funcionário fazer a nossa subvenção, tanto vai ser pra pagar transporte e que fosse tudo certo, aí não estava sendo errado. Mas esses caras, os atravessadores, eles não fazem assim, na associação pode até está o nome delas, mas não são elas que fazem a gestão, eles tiram sobre o dinheiro delas, elas passam uma quantia pra eles, aconteceu o caso que descobrimos, tinha na nota da mulher 1.750,00 R\$ e sabe quanto que desse valor ela recebeu? 350,00 R\$ e todo o resto ele ficou, com todo o dinheiro e aí ele ainda fraudou a nota, por que essa quebradeira falou que ela recebeu o que ela tinha direito, o coco dela só dava mesmo pra esses 350,00 R\$ e ele superfaturou as notas, afirmando que ela recebeu, então quer dizer, se ela no outro mês quebrar os cocos dela, ela não vai mais ter como receber a subvenção, por que existe o limite, é só 3.000,00 por DAP individual, aí é como se ela já tivesse colocado 1.750,00 sobra pouco pro limite, mas aí imagina que tem umas mil mulheres passando por isso e quanto esses caras não ganham fazendo a subvenção dessas mulheres. (Dona Rosa, quebradeira de coco babaçu e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada. Entrevista concedida em 2016).

Na fala acima nota-se que as mulheres ficam sem acessar os programas por falta de um órgão, associação ou movimento que faça a mediação dessas mulheres com a lógica do acesso aos programas do governo, que existe uma burocracia e exige um conhecimento em que essas mulheres não estão acostumadas a enfrentar no campo. Além disso, elas ficam expostas aos atravessadores, como D. Rosa frisou, as enganam, roubando os direitos dessas agentes sociais.

Esse estudo sobre as políticas públicas evidenciou as normas jurídicas e os relatos das quebradeiras sobre o acesso aos programas, identificando que as políticas públicas são caracterizadas como estratégias de resposta do Estado às demandas dos movimentos sociais, no entanto quando são implementadas na prática, surgem um caráter normativo e burocrático que muitas vezes complicam o acesso dos agentes sociais, modificam as formas de produção e organização. Mesmo sendo um benefício adquirido, um direito conquistado, existe um segundo momento de luta que se estabelece na inserção a tais políticas aqui analisadas.

CONCLUSÃO

Os estudos apresentados possibilitaram o alargamento da compreensão sobre a temática que envolve as quebradeiras de coco babaçu e, especificamente, o que diz respeito ao acesso às políticas públicas. Tive a oportunidade de ouvir as quebradeiras explanarem sobre as suas vivências e estratégias de luta, me permitindo assim compreender as relações e as práticas sociais dos seus grupos. Nesse sentido, o trabalho foi elaborado com o intuito de promover a discussão sobre as práticas sociais das quebradeiras de coco e suas relações com tais políticas.

A pesquisa abordou o histórico do conflito nas regiões dos babaçuais, que emergiu desde a década de 1970 com as apropriações de terras pelos grupos empresariais e/ou fazendeiros. A Presença desses antagonistas geram dificuldades para as quebradeiras, na coleta e quebra do coco, influenciando-as a utilizarem outros meios para continuar exercendo as suas atividades. A partir desse estudo percebi que os problemas vão se agravando e à medida que passa, o coco babaçu vai ficando mais distante, devido as derrubadas, envenenamentos e preso pelas cercas.

Logo, as quebradeiras começaram a se mobilizar contra essas atuações que se desencadearam na região dos babaçuais, suas formas organizativas surgiram para resistir a esses processos e comprovar sua existência. Em suas lutas, as quebradeiras demonstram a incidência das florestas de babaçu e utilizam os mapas cartográficos para demonstrar as suas organizações políticas e sociais frente ao Estado e a sociedade, exigindo os seus direitos, o reconhecimento de sua identidade e suas práticas sociais. As suas reivindicações estão sendo estruturadas em outro sentido, surge assim uma estratégia dentro dos movimentos sociais, que é a luta pelo acesso às políticas públicas, já que o livre acesso ao babaçu está cada vez mais comprometido.

A construção da identidade das quebradeiras de coco se dá na relação direta delas com as suas práticas sociais, com o modo peculiar de manejo da terra e dessa forma evidencio que atividade de coleta e quebra do coco ultrapassa a categoria de uma atividade econômica ou de subsistência, portanto, se caracteriza no seio cotidiano das quebradeiras como uma prática social, econômica e política, assim como apresenta uma forma específica de organização.

Através das formas organizativas citadas no trabalho, os grupos de mães, de mulheres, cooperativas, associações e ONGs são formas encontradas pelas quebradeiras de coco para unirem forças e lutarem em busca de ideais do movimento. Podendo assim

estabelecer relação com o Estado para terem acesso aos programas governamentais, reivindicar leis que proibam as derrubadas, o uso do agrotóxico e outros males a natureza, pois as mesmas cuidam dos recursos naturais, considerando-os como a fonte de vida e sustento das suas famílias.

Devido à importância que as quebradeiras atribuem à aprovação da Lei Babaçu Livre as suas manifestações políticas, optei por discutir no texto a luta pelo livre acesso e uso comum das palmeiras de babaçu. Para essas mulheres a Lei tem significado de reconhecimento legal do Estado, no mesmo sentido está a luta pelas políticas públicas, pois ao passo em que elas podem acessar, percebo que representa uma conquista nas suas reivindicações e afirmações identitárias.

Através dos trabalhos de campo foi possível identificar os programas governamentais que as quebradeiras de coco estavam conseguindo acessar, sendo: o PNAE e o PAA e a política PGPM-Bio, por esse motivo, esses foram os programas estudados e que a partir das minhas incompletas reflexões construí esse momento da pesquisa.

Porém, essa é apenas uma etapa do estudo, que não está acabada, pois pretendo explorar essa temática em outros momentos da minha vida acadêmica, uma das questões que não consegui abordar no texto, foi a questão de como as políticas públicas podem interferir na segurança alimentar e de como as mulheres passam a fiscalizar a execução de tais políticas e a aplicação dos recursos públicos, por exemplo, o repasse da merenda escolar por meio do PNAE.

Na construção desse trabalho tive a preocupação em buscar compreender em qual campo estes programas estavam inseridos, após pesquisas bibliográficas, identifiquei tais programas caracterizados como políticas agrícolas e um desses, o PNAE é denominado também como uma política educacional, logo contruí o terceiro capítulo dessa monografia enfatizando o aspecto social e educativo de tal programa para garantir a melhoria na educação formal.

Portanto, apresentei o PNAE como uma política agrícola que fortalece a agricultura familiar, o desenvolvimento da economia local e a sustentabilidade das comunidades que vivem no campo e também como uma política educacional que valoriza a diversidade cultural e o fortalecimento das pertencas identitárias, pois envolvem as práticas sociais e o saber de um povo, a partir do trabalho que é repassado através dos produtos adquiridos na merenda escolar.

No entanto, foi possível identificar na pesquisa que um dos objetivos traçados pelo PNAE, não está sendo cumprido nos municípios de Viana e Matinha, que é o repasse da merenda escolar às escolas das próprias regiões onde os agricultores familiar entregam seus produtos.

Com intuito de compreender as relações que são estabelecidas pelo acesso às políticas públicas, fiz uma reflexão crítica sobre os efeitos que o acesso a tais políticas trouxeram aos processos políticos - organizativos e aos modos de vida das agentes, por exemplo, as mudanças nas formas de fabricação dos produtos advindos do babaçu e a criação das unidades produtivas.

A pesquisa abordou as dificuldades enfrentadas por essas mulheres para acessar as políticas públicas, podendo assim perceber o dilema que existe na execução das decisões do Estado. As quebradeiras de coco em alguns casos são obrigadas a alterar suas práticas para se encaixar nos padrões estabelecidos nos dispositivos jurídicos de cada programa.

As agentes sociais vêm às políticas como benefício para a melhoria de vida do seu grupo, como uma resposta para atender as demandas que foram expostas nas lutas dos movimentos sociais para adquirir as políticas públicas, porém é claro notar durante o trabalho as contradições que emergem desde a criação dos programas governamentais.

Conforme os relatos das quebradeiras de coco sobre as dificuldades em acessar os programas e às contradições no serviço prestado, existem falhas na implementação e impactos negativos a vida dessas comunidades e povos tradicionais, como já foi exposto no trabalho, o Estado os cria conforme a sua lógica, criando critérios que classificam e delimitam o acesso as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; NETO, Joaquim S.; MARTINS, Cynthia Carvalho. **Guerra Ecológica nos Babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia.** MIQCB: São Luís, Lithograf, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org); SHIRAISHI NETO, Joaquim (Org); MESQUITA, Benjamim Alvino de (Org); ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; MARTINS, Cynthia Carvalho ; SILVA, Miguel Henrique da. **Economia do Babaçu: levantamento preliminar.** São Luís: MICCB/BALAIOS TYPOGRAFIA, 2001.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a guerra dos mapas.** Belém: Seminário Consulta, 1993.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização.** São Luís: III Encontro Estadual das Quebradeiras de Coco babaçu. 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Guerra Ecológica nos Babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia.** São Luís: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2005. São Luís: Balaios Typographia, 2005.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Memória, Mediação e Campesinato.** As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense. Manaus: Edições UEA, 2010.

ARAUJO, Helciane de Fatima Abreu; CARVALHO, Cynthia Martins; MAGALHÃES, Ana Carolina Mendes. 2004. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. **As quebradeiras de coco babaçu e a luta pelo fim da sujeição no campo.** Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio026.htm>>. Acesso em: 29 de agosto de 2016.

ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu; CARVALHO, Cynthia Martins; NÓBREGA Mariana Leal Conceição. **Estratégias Empresariais, Conflitos Socioambientais e Ações Coletivas na Amazônia.** 14 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24470_1397531593.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2016.

ARAÚJO, Helciane. **Estado/ Movimentos Sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. Manaus: UEA Edições, 2013.

ARLERT, Martina. **A 'PRECISÃO' E O 'LUXO': usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA)**. Revista de Ciências Sociais, n. 38, Abril de 2013, pp. 69-86.

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. ASSEMA. **Uma Organização de Fibra**. Disponível em: <<http://www.assema.org.br/>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Capital Cultural**. Escuela y Espacio Social. México: Sigilo Veinteuno, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. **Desafios do controle Social na atualidade**. São Paulo, 2012.

BRITO, Kathiane Santana. **O MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU (MIQCB): e as ações de combate à devastação da região ecológica de babaçu**. UEMA: São Luís, 2016.

CALDAS, Bruna R.C. **Práticas e Resistências das quebradeiras de coco: lutas pelo livre acesso e uso das palmeiras**, São Luís, IV SEDMMA – Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente. UFMA: São Luís, 2015.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

COMPANHIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO. **Sociobiodiversidade**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1634&t=>>. Acesso em: 05 de agosto de 2016.

DALTAN, Samuel; SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO TOCANTINS. **Governo anuncia projeto habitacional para quebradeiras de coco**. 13 de março de 2007. Disponível em: <<http://secom.to.gov.br/noticia/12001/>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2016.

DAROLT, M. R. **Conexão ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: IAPAR, 2012. p. 162.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; KLEICHE-DRAY, Mina; PETITJEAN, Patrick (Orgs.). **História das substâncias naturais. Saberes tradicionais e química**. Amazônia e América Latina. Rio de Janeiro: MAST/MCTI; Paris: IRD, 2012.

FACULDADE DE ED. FÍSICA. **Políticas Públicas na Educação**. Faculdade de Ed. Física de Montenegro. Ibicaraí – Bahia: 2009. Disponível em: <www.ebah.com.br/content/ABAAABDokAF/politicas-publicas-na-educacao>. Acessado em: 10 de dez. de 2016.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **EMPATES NOS BABAÇUAIS. Do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. Belém,PA: UFPA, 2005

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1979

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Histórico do PNAE**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 03 de agosto de 2016.

GARCIA, RONALDO. **Avaliação de Ações Governamentais: pontos para um começo de conversa**. Brasília, IPEA/ CENDEC, out, 1997.

GLOBO RURAL. **Programa garante renda extra a quebradeiras de coco do MA**. 31 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/01/programa-garante-renda-extra-quebradeiras-de-coco-babacu-do-ma.html>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. SÃO PAULO: ED. CENTAURO, 2004.

HEREDIA, B.; CINTRÃO, R. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera, v.9, n. 8, p. 1-21, 2006

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Mapa revela aumento da incidência de babaçuais no PI, TO, MA e PA**. 11 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mapa-revelaaumento-da-incidencia-de-babacuais-no-pi-to-ma-e-pa>>. Acesso em 10 out. 2016.

MELO, José Wilson Rodrigues de. **Políticas Públicas educacionais**. UFT-Palmas. Publicado em: 30 de nov. de 2013. Disponível em: <pt.slideshare.net/JoseWilsonMelo/politicas-publicas-educcionais-28754232>. Acessado em: 03 de dez. de 2016.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MENDES, Ana Carolina Magalhães. **ENTRE IDAS E VINDAS, CONSTROEM-SE IDENTIDADES: reflexões e contribuições para a etnografia das práticas cotidianas de resistência das quebradeiras de coco babaçu de Codó**. São Luís, MA: PPGCSPA, 2016.

MESQUITA, Benjamim (et.al). **Grandes Projetos e seus impactos: A luta das quebradeiras de coco por compensação ambiental nas reservas extrativistas do babaçu**. Mimeo. São Luís, 2009.

MINISTÈRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO – SIT. **Mapeamento e levantamento do potencial das ocorrências de babaçuais nos estados do Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás**. Brasília, STI, 1982.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU. **Projeto Pindova**. Disponível em: <<http://www.miqcb.org/#!/projeto-pindova/c3pd>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2016.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. In: OLIVEIRA, Adão. **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiânia- Goiás: PUC Goiás, 2010.

Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil/ organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

PORTAL ELO INTERNET. **Quebradeiras de Coco recebem o prêmio Banco Mundial de Cidadania**. Disponível em: <<http://elo.com.br/portal/noticias/ver/132037/quebradeiras-de-coco-recebem-o-premio-banco-mundial-de-cidadania.html>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2016.

ROCHA, Maria Regina Teixeira de. **Quebradeiras de coco babaçu**. Disponível em: <<http://www.cerratinga.org.br/populacoes/quebradeiras/>>. Acesso em: 31 de agosto de 2016.

RUA, Maria das Graças: **Políticas públicas**. Especialização em gestão em saúde. UFSC. 2009. Disponível em: <pt.slideshare.net/HalissonCampos/politicas-publicas-maria-das-gracas-rua>. Acessado em: 23 de nov. de 2016.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo, Annablume, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória Coletiva e Teoria Social**. 2a ed., São Paulo, Annablume, 2012.

SCOTT, James. **Formas Cotidianas da Resistência Camponesa**. Tradução: MENEZES, Marilda A. de; GUERRA, Lemuel. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Leis do babaçu livre: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas**. Manaus: PPGSCA-UFAM/ Fundação Ford, 2006.

SILVA, Pedro L. B.; COSTA, Nilson, R. **A Avaliação de Programas público: reflexões sobre a experiência brasileira**. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília, IPEA, 2002.

SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (SMDDR). **1º Encontro das quebradeiras de coco de Peri-Mirim/MA**. Projeto Babaçu, São Luís, 1991.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.